Universidades Lusíada

Oliveira, João Pedro Serra

O espaço público para o século XXI, no distrito do Porto

http://hdl.handle.net/11067/3033

Metadados

Data de Publicação 2008

Resumo O propósito desta dissertação de Mestrado é estudar e caracterizar espaços públicos de criação recente dentro do distrito do Porto, essencialmente ao nível dos espaços urbanos de permanência como praças e passeios públicos localizados em centros urbanos consolidados, através da apresentação e análise de intervenções como casos de estudo. Numa perspectiva de consolidar conhecimentos sobre a técnica de investigação do espaço público e definir uma filosofia e parâmetros teóricos de intervenção no m...

The proposal of this master degree dissertation is to study and characterize some recently created pubiic spaces inside the Porto district, essentially at the levei ot the public spaces of permanency such as squares and pubFc ways iocalized in consolidated urban centres, trough the presentation and analysis of interventions as case-studies. With a perspective of consoFdating knowiedges about the technique of investigation of the public space and define a philosophy and theorised parameters of in...

Palavras Chave Arquitectura, Arquitectura e urbanismo, Planeamento urbano, Urbanismo, Desenvolvimento urbano, Desenvolvimento sustentável, Arquitectura urbana

Tipo masterThesis

Revisão de Pares Não

Coleções [ULP-FAA] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-10-12T05:54:55Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

UNIVERSIDADE LUSÍADA DO PORTO

"O espaço público para o século XXI, no distrito do Porto"

João Pedro Serra Oliveira

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre

Orientadores:

Sérgio José Castanheira Infante

Ricardo Pereira Vieira de Melo

Porto 2008

Aos meus pais, Helena e António,

e aos meus irmãos, Manuela e Rui.

Índice

Capítulo 1 – Introdução 1
1.1 – Objectivos do trabalho 2
1.2 – Metodologia de trabalho 3
1.3 – Trabalho relacionado (*"Estado da Arte"*)..... 4
Capítulo 2 – Domínios de caracterização do espaço 13
2.1 – O espaço 13
2.2 – O espaço como território 15
2.3 – O lugar 17
2.4 – Apropriação do espaço 20
Capítulo 3 – Contexto territorial 24
3.1 – Enquadramento no distrito do Porto 27
Capítulo 4 – Casos de estudo 29
4.1 – Passeio marítimo na marginal de Matosinhos 32
4.2 – Praça do Estádio do Dragão no Porto 37
4.3 – Praça do Município na Maia 43
4.4 – Largo Costa Ferreira na Trofa 47
Capítulo 5 - Discussão de resultados 53
5.1 - Projecto tipo – Praça do Mercado em Stratford, Canadá 58
Capítulo 6 – Conclusão 66
6.1 – Resumo 66
6.2 – Contributos 67
6.3 – Trabalho futuro 73

Índice de Figuras

Figura 1 - Museu Guggenheim de Bilbao. 4
Figura 2– Vistas das torres em Barcelona junto ao mediterrâneo. 8
Figura 3 – Exemplo de “tag”. 22
Figura 4 – Mapa de distribuição da população em Portugal continental. 24
Figura 5 – Distrito do Porto e área do Grande Porto, respectivamente. 27
Figura 6 – Avenida do Aliados. 30
Figura 7 – Praça da Batalha. 30
Figura 8 – Planta da marginal da Matosinhos. 32
Figura 9 – Vista aérea da marginal de Matosinhos. 32
Figura 10 – Corte da intervenção na Marginal de Matosinhos. 33
Figura 11 – Planta da proposta de intervenção de Sola-Morales. 34
Figura 12 – Escultura em forma de anémona no topo Sul do “calçadão”. 34
Figura 13– Fotografias dos lugares de repouso disponíveis na “plataforma de granito” criada. 35
Figura 14 – Fotografia do edificado tipo na envolvente. 35
Figura 15 - Planta do Plano de Pormenor das Antas (ainda em construção). 37
Figura 16 – Alameda das Antas, vista da margem esquerda. 38
Figura 17 – Alameda da Antas, vista da margem direita. 38
Figura 18 – Percurso pedonal central na Alameda das Antas. 39
Figura 19 – Zona de chegada à envolvente ao estádio a partir da Alameda. 40
Figura 20 – Vista da relação espacial entre o estádio e a “praça” envolvente. 41
Figura 21 – Equipamento urbano existente (painel de informação e sistemas de iluminação). 42
Figura 22 – Praça do Município da Maia. 43
Figura 23 – Planta do Plano de Pormenor da Maia. 44
Figura 24 – Corpo horizontal do edifício da Câmara. 45
Figura 25 – Corpo vertical do edifício da Câmara. 45
Figura 26 – Registo fotográfico da presença do metro de superfície. 46
Figura 27 – Perfil da via do metro de superfície. 46
Figura 28 – Fotografia aérea do Largo Costa Ferreira e envolvente. 47
Figura 29 – Planta do Largo Costa Ferreira. 48

Figura 30 – Lado sul do largo onde existe uma esplanada. 48
Figura 31 – Lado Norte do largo onde existe um monumento. 49
Figura 32 – Vista aérea do lado Sul do largo. 50
Figura 33 – Soluções de iluminação e homenagem ao dador de sangue. 51
Figura 34 – Banco de jardim existente e tipo de pavimento. 51
Figura 35 – Praça dos Países Catalães em Barcelona, com vedações e grafittis. 54
Figura 36 – Praça dos Países Catalães, piso remendado sob estrutura ondulada. 55
Figura 37 – Registo do estado de degradação do mobiliário urbano. 56
Figura 38 – Frente edificada comercial da praça do mercado. 58
Figura 39 – Câmara Municipal de Stratford, na frente confrontante com a praça. 59
Figura 40 – Esquema que relaciona o coração humano com a intervenção proposta. 60
Figura 41 – Perspectiva aérea da proposta de renovação (imagem virtual). 60
Figura 42 – Plantas dos vários pisos propostos na intervenção. 61
Figura 43 – Perspectiva da zona verde incluída na praça. 63
Figura 44 – Perspectiva da construção proposta para interface de transportes. 63
Figura 45 – Perspectiva do Ponto de Encontro e elemento ornamental. 64
Figura 46 – Fotografia da praça Schouwburgplein, durante o dia (Agosto 2002). 71
Figura 47 – Fotografia nocturna da praça Schouwburgplein. 72

Resumo

O propósito desta dissertação de Mestrado é estudar e caracterizar espaços públicos de criação recente dentro do distrito do Porto, essencialmente ao nível dos espaços urbanos de permanência como praças e passeios públicos localizados em centros urbanos consolidados, através da apresentação e análise de intervenções como casos de estudo.

Numa perspectiva de consolidar conhecimentos sobre a técnica de investigação do espaço público e definir uma filosofia e parâmetros teóricos de intervenção no mesmo, utilizaram-se os casos de estudo como suporte para análise e diagnóstico de soluções bem conseguidas em função de diferentes usos e matrizes urbanas. Paralelamente e utilizando uma recente proposta pessoal de intervenção no espaço urbano foi possível tomar consciência e dar a conhecer qual o grau de desenvolvimento pessoal ao nível do projecto de renovação urbana.

Recorrendo à informação teórica recolhida e também a exemplos internacionais de intervenção no espaço público conclui-se a dissertação alegando um plano de valores e exemplificando com um modelo actual o que melhor define e constitui o espaço público para o século XXI.

Abstract

The proposal of this master degree dissertation is to study and characterize some recently created public spaces inside the Porto district, essentially at the level of the public spaces of permanency such as squares and public ways localized in consolidated urban centres, trough the presentation and analysis of interventions as case-studies.

With a perspective of consolidating knowledge's about the technique of investigation of the public space and define a philosophy and theorised parameters of intervention in the same, the case-studies have been utilized as a background for analysis and diagnostic of well achieved solutions in regard of the different uses and urban matrixes. Paralleling and using a recent personal proposal for an intervention in a public space it was possible to take conscience and give to knowledge of what is the degree of personal development level at the project of urban renovation.

Recurring to the assembled theorical information and also to international examples of public space interventions this dissertation has been concluded alleging a set of values and exemplifying them with an actual model of what best defines and constitutes the public space for the 21's century.

Siglas e Acrónimos

INE - Instituto Nacional de Estatística

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

Arq. - Arquitecto

VCI - Via de Cintura Interna

EN - Estrada Nacional

Capítulo 1 – Introdução

Neste primeiro capítulo de introdução pretende-se apresentar o contexto em que este trabalho de dissertação de mestrado se insere juntamente com os motivos que levaram à sua elaboração, referindo-se para isso na secção 1.1 os objectivos do trabalho e na secção 1.2 a metodologia adoptada. No ponto 1.3 apresenta-se de forma sucinta uma visão geral do *"estado da arte"* nas áreas do design e transformação do espaço público, o que também servirá de suporte teórico à elaboração da dissertação juntamente com a restante informação específica recolhida e fruição pessoal do território em estudo.

1.1 Objectivos do trabalho

O cenário urbanístico actual em Portugal, onde proliferam as construções em ambiente rural e ao mesmo tempo se sente a necessidade de incluir nas cidades espaços públicos onde existam elementos naturais como jardins e zonas verdes, caracteriza-se por um território em que não se encontra uma distinção evidente entre campo e cidade existindo uma mistura irracional de ocupações que impede, para além da optimização económico-social, o aperfeiçoamento geral da qualidade de vida das populações e também estabelecer uma linguagem clara transversal a todos os tipos de ocupação do território. Neste sentido e se mergulharmos um pouco dentro de cidades bem estruturadas (por exemplo Barcelona) vamos perceber que o espaço público ao nível da praça ou semelhante desempenha um papel fundamental, porque se comporta como rótula estruturadora de vida no território e é no fundo a primeira consequência visível da prévia planificação/estruturação do território.

O principal objectivo desta dissertação consiste em, através da pesquisa e investigação de informação teórica existente sobre o tema e associando a alguns casos de estudo, formular um discurso teórico de intervenção no espaço público para a região do distrito do Porto, que sirva de padrão para a prática futura dos actos próprios da profissão de arquitecto na área do urbanismo e desenho urbano. Desta forma pretende-se alcançar objectivamente o seguinte:

- Desenvolver a técnica de análise do espaço público.

- Estabelecer uma “filosofia” de intervenção no espaço público.

- Deduzir um plano de valores para projecto de espaço público.

1.2 Metodologia de trabalho

Esta dissertação dedicada ao estudo dos espaços públicos de permanência pode ser decomposta em três fases essenciais que são:

a) A análise do território.

b) A recolha de informação teórica sobre o tema.

c) A produção da dissertação propriamente dita.

Pretende-se, utilizando exemplos de intervenções executadas, legitimar um discurso teórico de intervenção em territórios caracterizados por uma matriz urbana bem consolidada e desenvolvida à volta de "âncoras espaciais" que desempenham o papel de pólos aglutinadores de identidade colectiva das povoações. Neste sentido, para definir uma estratégia de trabalho para esta dissertação estabeleceram-se os seguintes critérios:

- Fruição no distrito do Porto do utilizador comum.
- Referenciar espaços com maior identificação pessoal.
- Seleccionar 4 a 5 intervenções no espaço público, ao nível da praça ou passeio público e recentes (após 2000).
- Aprofundar os exemplos para casos de estudo.
- Produzir elementos finais de acordo com os objectivos.

1.3 Trabalho relacionado (*"Estado da Arte"*)

A moldura urbana no nosso tempo assenta em novos parâmetros de desenvolvimento que condicionam grandemente a sua caracterização. Se pensarmos que no fenómeno da globalização, em que grande parte dos sistemas políticos convergem para o capitalismo, ficamos com uma ideia do que são hoje os desafios que se colocam às cidades e seus espaços públicos para integrarem a primeira linha da evolução dos chamados países desenvolvidos.

As grandes cidades apresentam-se cada vez mais transfiguradas urbanisticamente por uma arquitectura representativa do poder económico consubstanciado nas vias de comunicação de grande porte e edifícios de grande impacto visual associados a profundas renovações urbanas, enquanto nas cidades mais pequenas assistimos à utilização da arquitectura de excelência como alavanca para potenciar a imagem da cidade e desenvolver sectores vitais como o turismo, o comércio e prestação de serviços. Temos como exemplo recente disso mesmo o impacto conseguido com a criação do Museu Guggenheim em Bilbao, onde inclusive graves problemas sociais como o desemprego e a violência urbana abrandaram perante o êxito internacional desta intervenção urbana, transmitindo uma imagem nova da região.

Figura 1 - Museu Guggenheim de Bilbao.

A terciarização da economia introduz de facto na estrutura social e urbana uma pressão que obriga à renovação dos sistemas de transporte e alteração dos espaços públicos comerciais e de prestação de serviços tradicionais para acompanharem este elevado ritmo de mutação e de alteração das próprias formas de habitar e trabalhar, comprovado essencialmente na grande variação do número de "habitantes" diurnos e habitantes permanentes de uma cidade, como consequência directa das deslocações pendulares, cada vez mais presentes no dia a dia das populações.

Associado o este crescente fenómeno de ser possível trabalhar cada vez mais longe do local onde se mora, não se pode esquecer o avanço imparável e constante da indústria informática e tecnológica que literalmente representam uma nova era, permitindo uma grande dispersão dos equipamentos e serviços por toda uma cidade ou território. Garante-se simultaneamente uma maior mobilidade às empresas e serviços, encurtando distâncias, chegando mesmo a anular determinados procedimentos por ficarem obsoletos.

No meio de tudo isto surge a necessidade de enquadrar a presença do indivíduo nestas novas estruturas urbanas mantendo intacta o mais possível a sua natureza essencial como ser humano, numa relação com o ambiente urbano que por vezes pode ser asfixiante nesta nova modernidade. A possibilidade de os cidadãos explorarem cada vez mais individualmente o mundo, apreendendo-o de forma cada vez mais rápida e absorvendo mais informação de cada vez teve o seu impacto no processo de preparação dos espaços para receber os indivíduos (e consequentemente no posicionamento dos criadores desses espaços) que nas palavras de Hans Ibelings resulta num *supermodernismo*[1], que é fruto

[1] Hans Ibellings em "Supermodernismo" nomeia esta como a fase seguinte ao posmodernismo onde supostamente a arquitectura manteria uma relação de autenticidade com o lugar e contexto, afinal não concretizada uma vez que se verificou prevalecer a expressão artística sobre o espírito do lugar.

de um processo de globalização caracterizado por uma nova e sugestiva arquitectura de grande superficialidade e neutralidade que adquiriu uma significação especial também pela sua forte modernização. Poder-se-á dizer que é necessário encontrar soluções de convergência na relação do homem com o espaço de habitar, espaço de trabalhar e espaço público, procurando garantir uma coerência na imagem do ambiente humano que permita às pessoas não terem de mudar radicalmente de comportamento quando deixam o trabalho e estão em casa ou a caminho de um destes dois, ou então estão na via pública numa qualquer actividade ("*espaço de habitar – espaço de trabalho – espaço público*")[2].

Essencialmente as pessoas devem poder manter uma atitude semelhante ao longo do tempo e esta não deve ser condicionada pelo ambiente em que se encontram mas sim pelas suas motivações vivenciais numa perspectiva comunitária, gerando assim comportamentos mais verdadeiros e também uma relação mais genuína com o lugar.Como exemplo do atrás referido abre-se aqui um pequeno parênteses para dar a conhecer duas referências que, na sua viagem a Roma em 1952 em que tudo era "diferente" e "mais", Daciano da Costa encontra na motorizada denominada "Vespa" uma novidade da altura e que, naturalmente salvaguardando-se as devidas diferenças, penso fazer uma boa radiografia do impacto que as novidades do mundo moderno representam ainda hoje para o homem como indivíduo:

«...Pares enlaçados em vertiginosas valsas com lindíssimas coreografias, nos entardeceres da Cidade Eterna, deixavam os campónios espetados na calçada!...»[3]

«...Caçula da motocicleta machona (montada "á califourchon" com alguns incómodos anatómicos), era um novo modo de correr de mãos dadas.»[3]

---

[2] Daciano da Costa em *"design e mal estar"* no artigo *"Espaço Funcional ou Espaço Vivencial?"*(pág. 71).

[3] Daciano da Costa em *"design e mal estar"* no artigo *"Vespa, o meu objecto do século?"*(pág. 73).

Nos dias de hoje, encontram-se também em praticamente todos os serviços e sectores de actividade da sociedade civil exemplos de globalização, como por exemplo o reconhecimento da impressão digital ou leitura da retina do olho de um trabalhador "apenas" para registo de ponto ou, recorrendo a um sistema integrado de comunicação via satélite, sermos correctamente "guiados" por sistemas de posicionamento global a locais por nós desconhecidos. Pensa-se que no fundo tudo isto trata de uma constante procura de bem-estar e conforto do homem, logo que também se aplica à adaptação da natureza ambiental do ser humano e construção dos respectivos cenários habitacionais e vivenciais.

A transformação do território assume então aqui o seu papel, condicionada como se disse por factores económicos, na procura da quase mobilidade contínua da estrutura territorial, mas que em Portugal se tem revelado muitas vezes alheada da disciplina da arquitectura, resultando em desordem territorial e em algumas situações complexas de desorientação e caos urbanístico.

Nesta linha de pensamento é importante referir também um outro conceito que tem servido de almofada à desregulamentação do sector urbanístico em Portugal e que é a subjectividade com que são tratadas as intervenções no território. Neste ponto subscrevo a opinião dos autores de *"Formas Urbanas"*[4] onde se avisa para a necessidade da definição dos limites de subjectividade, de gosto, ou de interesses terceiros em detrimento dos interesses da comunidade, ficando a sensação que tudo é possível e não existe uma real distinção dos bons e maus exemplos, deixando a politica exercer o seu poder discricionário.

Mais especificamente no caso da intervenção na cidade existente deve procurar-se realizar uma reciclagem do espaço público com vista a

[4] Fátima Fernandes e Michele Cannatá.

conseguir um equilíbrio entre a escala humana e a cidade, um equilíbrio entre o desenvolvimento e a conservação histórica, no fundo procurar conservar o património introduzindo o elemento humano nas intervenções e garantindo que a transformação horizontal, por ocupação dos lotes, a par da transformação vertical, por construção nos mesmos em altura, obedeça a critérios transparentes.

Para concretizar um pouco estas últimas palavras posso dar um exemplo recente que tive a oportunidade de observar na cidade de Barcelona, durante uma visita, ocorrida em Abril de 2008, com alguns colegas de outras áreas científicas e que, ao olharem a cidade a partir do cimeiro *Parc Guell* de António Gaudí, questionaram a presença de duas grandes torres no *skyline* da cidade bastante perto da linha de água. Ora, quando tivemos a oportunidade de, nos dias seguintes ao deslocarmo-nos pela cidade, perceber que estas duas torres formam, para além da referência visual, um portal de chegada à linha costeira com uma forte relação com o coração da cidade de Barcelona uma vez que estão na extremidade de uma avenida (Carrer de la Marina) directa ao quarteirão da *Igreja da Sagrada Família*, foi relativamente simples cada um de nós perceber, independentemente da subjectividade do gosto de cada um, o propósito daquelas duas torres e aceitar a sua validade como forma de estruturar o território.

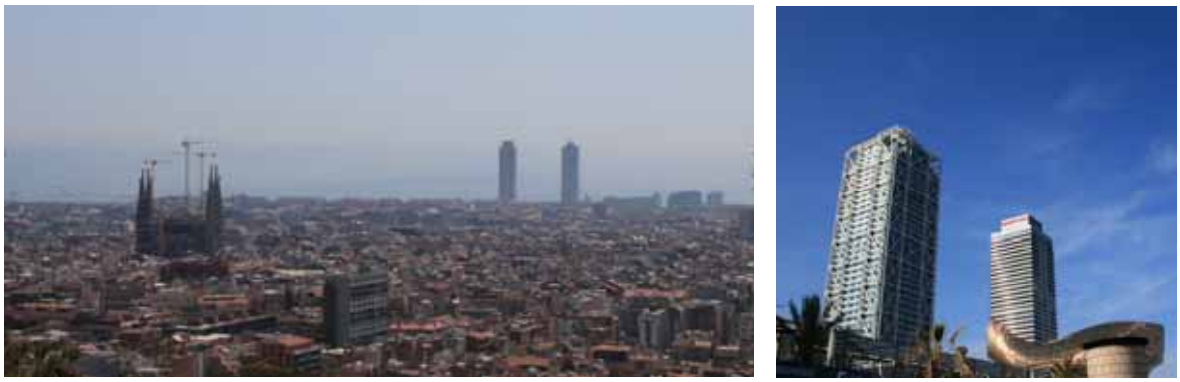

Figura 2– Vistas das torres em Barcelona junto ao mediterrâneo.

Nesta cidade de Barcelona, a par das referências visuais bem distribuídas no território, a presença das grandes avenidas, com destaque para as diagonais que atravessam a malha ortogonal, conferem unidade ao conjunto referenciando essa mesma malha e dando ao todo um sentido de organização. A experiência da cidade torna-se na experiência da diferença enquadrada por uma malha estrutural desenvolvida para estimular a interpretação mental do espaço urbano segundo um processo linear.

A cidade com capacidade de regeneração é um organismo urbano e a sua conservação integrada evita o perigo de cristalização. Temos assistido nos últimos anos à transformação especulativa do território onde não existe uma verdadeira promoção da qualidade urbanística e arquitectónica. Um projecto urbano desenvolvido com propósitos de qualidade e com perspectivas de futuro é o primeiro passo para potenciar a longevidade da urbe que num cenário ideal revelar-se-á intemporal. O esgotamento da criatividade leva ao mimetismo e este por sua vez conduz a formas desprovidas de conteúdo, resultando numa arquitectura de fachada, pouco genuína ao nível dos seus estados de significação e que não gera um diálogo rico de tensão e ambiguidade, em que os próprios agentes de intervenção no território têm de procurar como diz Robert Venturi *"usar a convenção de forma não convencional"*[5] para conseguir o todo inclusivo inerente a uma intervenção integrada.

A intervenção no espaço público é um forte contributo para recuperar qualidades vivenciais numa cidade e a sua promoção fomenta o aparecimento de outras actividades e actores que consolidam o espaço público como um lugar para o indivíduo desfrutar com o seu uso específico e pessoal.

---

[5] VENTURI, Robert, 1995. *"Complexidade e Contradição"*, Martins Fontes, São Paulo (pág. 46).

Dentro do distrito do Porto algumas cidades (Porto, Matosinhos, Gondomar, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia) já tiveram a possibilidade de beneficiar de um programa nacional de renovação urbana denominado Programa Polis lançado com o objectivo de «...melhorar a qualidade de vida nas cidades, através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental, melhorando a atractividade e competitividade de pólos urbanos que têm um papel relevante na estruturação do sistema urbano nacional. O Programa Polis pretende desenvolver um conjunto de intervenções consideradas exemplares, com base em parcerias, especialmente entre Governo e Câmaras Municipais, que possam servir de referência para outras acções a desenvolver pelas autarquias locais»[6]. Principais objectivos específicos do programa Polis:

- Desenvolver grandes operações integradas de requalificação urbana com uma forte componente de valorização ambiental;

- Desenvolver acções que contribuam para a requalificação e revitalização de centros urbanos e que promovam a multifuncionalidade desses centros;

- Apoiar outras acções de requalificação que permitam melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos ambientais estruturantes tais como frentes de rio ou de costa;

- Apoiar iniciativas que visem aumentar as zonas verdes, promover áreas pedonais e condicionar o trânsito automóvel em centros urbanos.

[6] Gabinete de Coordenador do Programa Polis (*www.polis.maotdr.gov.pt/progpolis.html*), Julho 2008.

A cidade do Porto em particular foi também alvo de um programa de reabilitação urbana no âmbito da nomeação para Cidade da Cultura do ano de 2001, que a par da preparação da cidade para a instalação da rede de Metro de Superfície, a construção de novas pontes e a implementação do Plano de Pormenor das Antas (no âmbito da construção de infra-estruturas para o Europeu de Futebol em 2004), implicou como principais intervenções urbanas o seguinte:

- Renovação da marginal ribeirinha entre a Ribeira e a Foz.
- Tratamento da frente marítima da Foz ao Castelo do Queijo.
- União do Parque da Cidade ao mar no Castelo do Queijo.
- Renovação do Jardim da Cordoaria.
- Renovação da Praça da Batalha.
- Criação de um funicular entre a Batalha e a Ribeira.
- Renovação da Rua 31 de Janeiro.
- Renovação da Avenida dos Aliados.
- Construção da nova Estação da Trindade.
- Construção da Casa da Música.

O evento Porto 2001 acabou por se revelar um pouco como uma oportunidade perdida de renovação urbana porque não houve a preocupação de envolver em grande escala a participação da sociedade civil no processo de renovação, tendo como consequência

directa o aparecimento de bastantes conflitos entre comerciantes e o poder local, agravados posteriormente pelos problemas inerentes à realização das obras. A complicar ainda mais esta situação específica perdeu-se também a hipótese de, paralelamente à renovação urbana, dar um novo impulso ao sector terciário da cidade, que tem sofrido um congelamento e deslocalização gradual dos centros de decisão para Lisboa. Naturalmente que, para contrariar estas falhas na economia e por consequência na sociedade, teriam de ser implicadas medidas de abrangência política que a simples renovação urbana não inclui (como a descentralização de serviços públicos e programas de incentivo ao investimento privado), mas que ajudariam a envolver mais a sociedade civil também nesta frente e poderia representar uma nova dinâmica local para aproveitar a renovação urbana do espaço público como veículo, ainda que não exclusivo, de reabilitação económico-social.

Capítulo 2 – Domínios de caracterização do espaço

2.1 O espaço

O que é o espaço? A resposta mais imediata a esta questão dirá que o espaço é a entidade receptora das coisas, nas palavras de Platão *"...a mãe e o receptáculo de todas as coisas criadas e visíveis e por uma qualquer forma sensíveis"(...)*[7], mas pode levantar-se aqui a questão na perspectiva inversa: serão as coisas que definem o espaço, não tendo este existência na ausência de coisas perceptíveis? Neste caso será lógico também perguntar se as coisas preenchem o espaço ou é este que se molda à imagem das coisas?

Aos olhos do cidadão comum o espaço é assumido e experimentado como precedente aos objectos que irão ocupar as suas posições num palco. Esta maneira espontânea e universal de olhar o mundo enquadra-se na compreensão da natureza da arquitectura como ocupação do território, mas não explica do ponto de vista físico a forma como ocorre psicologicamente a percepção do espaço, com a distinção de materiais e corpos mensuráveis.

Provavelmente não é possível (ainda!) obter respostas definitivas a estas perguntas, mas para aquilo que designamos de espaço público talvez a solução esteja em ambas as concepções de espaço porque podem por exemplo ser encontradas no interior de um edifício público, onde temos o espaço interior definido pelos elementos materiais que organizam as diversas áreas e as suas ligações, e encontradas num espaço público exterior, que se encontra definido sem estar preenchido, presente no vazio, que atrai o indivíduo mas não o contém.

[7] Citação original de Platão, reproduz apontamento de palestra da socióloga Fátima Rodrigues em 2001.

O espaço público exterior, que é o que mais interessa para este estudo revela-se assim por vezes difícil de definir e caracterizar uma vez que pode ser atravessado sem nunca se estar dentro dele (visualmente) e por vezes parece nunca começar quando se está longe e é imperceptível no seu todo quando se está perto. As sensações que configuram o espaço são as mesmas que sublinham a sua constante transformação, ou seja, a dinâmica espacial envolve a dimensão temporal.

2.2 O espaço como território

O que é o território? A questão de encarar o espaço como um território leva-nos à procura da sua definição como lugar, mas essa definição em concreto exploraremos em pormenor mais à frente sendo por agora mais importante perceber a relação entre a manifestação de certas particularidades do território, observáveis num momento específico, com as suas características definidas ao longo de um grande intervalo de tempo, o que diga-se por si só confere ao território um carácter transitório, difícil de definir e delimitar, mesmo para além do nosso campo de observação. Aquilo que o olhar apreende num determinado momento é o resultado de um processo evolutivo e certamente desempenhará o seu papel numa sequência de transformação do espaço.

Normalmente existe a tendência para observarmos o presente como a razão de ser das coisas deixando um pouco de lado a pertinência de "pormenores" históricos, políticos e culturais, bem como a relevância que estes poderão vir a ter no futuro. Para conseguir estabelecer aqui um fio condutor ou uma fórmula racional teremos que fazer uma análise introspectiva, sendo mais fácil identificar onde é que diferentes momentos de transformação do espaço se ligam entre si e criam uma sequência de acontecimentos do que antever no que se tornará o território. Talvez o problema da estruturação do espaço citadino como território seja exactamente a tendência para quem o molda em sobrevalorizar aquilo que virá a ser e não o que já foi e a interligação entre esses dois momentos. Se partimos do pressuposto que as coisas irão fazer sentido, como se estivéssemos a montar um puzzle e as peças se vão confirmando umas às outras, a proximidade da linguagem utilizada assume um papel essencial porque faz a ponte entre diferentes momentos temporais e permite a sua interpretação e compreensão quando olharmos para a realidade numa perspectiva de causa/efeito.

Nesta "interacção causa/efeito" temos também de considerar que do cruzamento do meio físico com o meio social resulta o campo funcional (território) onde se forma o lugar, uma estrutura conceptual que existe na busca permanente de um equilíbrio entre a leitura formal e a leitura figurativa do espaço, em que se identificam três actores principais, que são o meio ambiente, cada um de nós e ou outros indivíduos. Josef Muntañola refere-se a isto como *"o lugar humano"*, ou seja, " *o signo constante da reconciliação sócio-física não só das razões, mas também das emoções"*[8].

Abordando esta questão na abrangência do território urbano, percebemos que o espaço público nas cidades foi evoluindo ao longo do tempo em função das circunstâncias históricas mas mantendo as suas funções principais de local de encontro, espaço de circulação e espaço comercial, onde se concentram informações, bens e serviços. Historicamente quase todas as cidades tiveram na sua estrutura pública o palco para transacções, negócios e eventos importantes, algo que a partir do século XX, com os processos de industrialização, o aumento da mobilidade e, já mais próximo dos nossos dias, o desenvolvimento dos meios de comunicação e acesso à informação resultaram lentamente na mudança dos usos principais do espaço público e consequentemente da estruturação da cidade como território. Jan Gehl e Lars Gemzoe referem mesmo que *"o papel da cidade como um importante lugar de encontro para os seus cidadãos transformou-se completamente"*[9]

[8] MUNTANÕLA-THORNBERG, Josep, 1996. *"La arquitectura como lugar"*, Edicions UPC, (pág.57).

[9] GEHL, Jans e GEMZOE, Lars, 2002. "Novos espaços urbanos", Editorial GG, Barcelona, (pág.13).

2.3 O Lugar

"O que é novo não é que o mundo não tenha, ou pouco, ou menos sentido, mas sim a necessidade quotidiana que sentimos explícita e intensamente, de lhe dar um: de dar um sentido ao mundo e não a esta aldeia ou àquela linhagem. Esta necessidade de dar um sentido ao presente para já não falar do passado, é o preço da superabundância de acontecimentos que corresponde a uma situação que poderíamos designar de «sobremodernidade» a fim de dar conta da sua modalidade essencial: o excesso." - Marc Auge em "Não-Lugares".

O lugar, espaço público de permanência na sua vertente tradicional, em regra uma praça definida pelas construções envolventes merecendo uma delas destaque quer pela sua localização quer pelas suas características específicas (dimensão, altura, qualidade arquitectónica, representatividade social, etc...), actua sobre o indivíduo conforme a sua origem e "distancia-se" do que acontece na sua envolvente (outras construções, arruamentos, etc...) de tal forma que o indivíduo não lhe é indiferente, não se ignora, domina o espaço livre e reduz a recolha de valor contemplativo da envolvente. Para um indivíduo ou conjunto de habitantes familiarizados com um dado espaço, o lugar é um pedaço de história, não apenas no sentido directo da palavra visto até poder ser um espaço recente, mas porque evoca a memória dos acontecimentos ali passados (eventos públicos ou acontecimentos pessoais, ponto de encontro, localização de estruturas e equipamentos do quotidiano das pessoas, etc...) e faz a transposição do mundo de cada um para mundo comunitário. Para um turista ou visitante ocasional um lugar é um espaço concretizado, capaz de estabelecer uma relação íntima com o observador/utilizador do espaço, ou seja, existe a capacidade de transmitir um pouco da cultura regional e permite a integração daquilo a que se pode chamar o espírito local, resultando

assim na criação de uma memória relativa não somente a uma cidade como também a uma cultura.

São estas disposições que definem um lugar como um espaço praticado, que recebe e alberga o indivíduo estabelecendo-se um diálogo e resultando numa interacção que o caracteriza mas que, nos dias de hoje com a arquitectura mais globalizada, resulta por vezes numa ausência do que pode chamar o *"espírito de lugar"* com origem na arquitectura greco-romana e recuperado em 1979 por Christian Norberg-Schulz como *"...um novo espírito que aponta para algo mais do que a satisfação de meras necessidades físicas."*[10]

Do ponto de vista mental e psicológico as referências espaciais e arquitectónicas sugerem a permanente deslocação do indivíduo em função dessas mesmas referências, permitindo que por sua livre e espontânea vontade e seguindo o percurso e comportamento que desejar, assimile e estude o lugar dando-lhe a sua realidade integral, ou seja, junte às três dimensões espaciais a quarta dimensão, o tempo, estabelecendo assim a sua relação transcendente com o lugar.

Este comportamento não é possível numa "cidade" onde não existam âncoras espaciais nem referências visuais e em que a construção se estende aleatoriamente ao longo do território e/ou vias de comunicação de perfil não residencial (ligações entre cidades e vilas), com grandes intervalos entre construções e trajectórias alternativas que não obedecem a qualquer hierarquia viária. O território passa a sofrer constantemente correcções para resolver problemas gerados pela própria estimulação de comportamentos contrários à natureza de todos os indivíduos, residentes e não residentes, e que colectivamente resultam

[10] NORBERG-SHULZ, Christian, 1979. *"Genius Loci, paesaggio, ambiente, architettura"*, Electa, Milão (pág.192).

num conjunto de situações com as quais as comunidades se identificam por um processo de repetição e não por um processo de interacção. O processo de análise social é anulado e o indivíduo passa a ignorar o espaço onde transita porque este não alberga nenhuma estrutura orgânica[11], ou seja, sente-se a ausência de sentido de comunidade e do que Norberg-Schulz[12] define como necessidade de liberdade e identidade para o homem comum acompanhar o desenvolvimento orgânico da sua própria existência.

[11] Vasco Croft em *"Arquitectura e Humanismo"* define as cidades como *"estruturas orgânicas reguladas por sistemas ecológicos."* (págs. 90 e 91)..

[12] NORBERG-SCHULZ, Christian, 1979. *"Genius Loci, paesaggio, ambiente, architettura"*, Electa, Milão.

2.4 Apropriação do espaço

A apropriação do espaço é o processo psicológico fundamental de acção e intervenção sobre um lugar a transformar e personalizar, dependendo da forma e tipo de intervenção a tradução numa relação de possessão e/ou ligação. Assim, dependendo do indivíduo ou grupo de indivíduos a expressão da apropriação é relativa a um estilo de ocupação, o que pode encontrar alguma oposição no próprio espaço construído e que nos leva à existência de duas dimensões associadas ao mecanismo de apropriação:

- o controle sobre o espaço que se traduz em transformações diversas.
- a margem de manobra oferecida pelo quadro de organização espacial.

O indivíduo ou grupo iniciam a sua ocupação transformando a vivência de um lugar através da modificação física e utilização de indicadores de controlo psicológicos, que correspondem às suas necessidades e aspirações. A apropriação é a afirmação de uma variante pessoal em termos de estilo e instalação, sendo uma forma de materialização de uma parte do universo mental de cada um no espaço físico circundante, personalizando-o, tornando-o mais íntimo e pessoal sendo também relativo ao tipo de espaço, suas características e meios disponíveis do utilizador. A apropriação é também resultado de factores institucionais e sociais, sendo por vezes um mecanismo de adaptação que supõe uma relação com o espaço pré-determinada e que o indivíduo, agindo sobre o espaço, afecta introduzindo símbolos e valores culturais que não existiam inicialmente.

A apropriação como processo psíquico e conflitual, visto que o confronto com sistemas dinâmicos de constrangimentos é frequente, leva

os intervenientes a produzir variações na sua abordagem, ou seja, produzir diversidade de intenções e actos para "sobreviver" ás adversidades, reagir à banalidade e, provavelmente a mais importante de todas, construir uma identidade social.

A apropriação concretiza-se principalmente através da marcação e da personalização. A marcação é a apropriação sob a forma de representações que identificam o utilizador e lhe atribuem posse material ou psicológica do espaço, distinguindo-se três tipos de marcadores[13]:

1- Os marcadores centrais, colocados no centro do território.

2- Os marcadores de fronteira, que indicam a linha de separação entre dois territórios.

3- Os sinais, que inscrevem a marca pessoal sobre o espaço.

A personalização diz respeito à identidade pessoal reflectida nas diversas modificações ou transformações do espaço, sendo o grau de personalização um indício, por exemplo, de liberdade e controlo sobre o local (quanto mais o espaço é personalizado maior é a margem de autonomia). No contexto institucional, o grau de personalização aparece ligado aos lugares de uma hierarquia, interferindo também neste processo variáveis espaciais e pessoais como a dimensão do espaço, suas características, gostos pessoais, preferências, opiniões e atitudes que revelem a identidade em determinadas circunstâncias.

Por vezes, mesmo quando as condições de apropriação não são favoráveis, os mecanismos de apropriação acabam por se manifestar, e é aqui que encontramos reflexos no espaço público, nomeadamente ao nível de actos de vandalismo ou outras manifestações de desagrado por forma "selvagem", uma forma de transgressão e provocação que

[13] Identificadas por Erving Goffman em 1973.

indiciam exactamente a inexistência de condições satisfatórias à normal fruição do espaço.

Estas manifestações são o reverso da apropriação objectiva e autorizada, no qual se encontram diversas categorias, em função da modalidade psíquica particular manifestada, mas que se definem numa desapropriação social com a expressão mais frequente nos *"tags"*[14] (uma espécie de *grafittis*) que são também uma apropriação mas em forma de transgressão, representando a marcação de um espaço social do qual o marcador se sente excluído, o que é um sintoma de uma apropriação impossível de um espaço que nos é imposto e não nos pertence, ou seja, introduz-se uma estética de desordem num espaço marcado pela estética da ordem, assumindo-se a clivagem social.

Figura 3 – Exemplo de "tag".

A par do referido, o *"tag"* é também um traço, uma impressão deixada por alguém ausente, sem lugar nem raízes, ferindo assim o imaginário social do que deve ser o espaço de todos, isto é, um espaço limpo e harmonioso, vigiado e seguro. Em última análise o *"tag"* pode ser considerado uma inscrição sob a forma de uma assinatura mas que

[14] "**tag"-** referência visual ou termo associado a informação que o descreve e permite uma classificação baseada em palavras-chave ou símbolos usualmente escolhidas informalmente e de escolha pessoal do autor do item, não sendo parte de um esquema formal de classificação ou linguagem.

encerra normalmente o autor no anonimato, o que reflecte também a ausência de raízes.

Um espaço que nos pertence é passível de ser nomeado. Um espaço que não nos pertence não permite que o nomeemos, ou seja, estamos perante a desapropriação do espaço vivido, o que se traduz na utilização por parte do indivíduo, de um nome ou marca num espaço que não lhe pertence. Isto demonstra que o espaço, embora seja público, não pertence a todos e é entendido como tal, nomeadamente por quem não adere aos códigos que regem a sociedade de um local, acabando o *"tag"* por introduzir no espaço público o que dele é excluído. É no fundo uma forma de sublinhar as distâncias sociais e romper algumas fronteiras porque serve de símbolo a uma realidade exterior oculta ou ignorada, marginal e expropriada afectiva e socialmente.

Capítulo 3 – Contexto territorial

Com uma população de cerca de 10 milhões de habitantes em Portugal continental e ilhas, a ocupação do território no continente caracteriza-se por uma forte assimetria entre litoral e interior (figura 4: mapa temático do INE - Instituto Nacional de Estatística - relativo à distribuição da população no ano de 2007), tendo os fenómenos de emigração e imigração entre 1960 e 1980[15], associados às continuas migrações internas para o litoral do país à procura de melhores condições de vida (muito por culpa do menosprezo a que o governo central tem submetido as regiões do interior), constituído os principais motivos para este desequilíbrio na distribuição da população.

Figura 4 – Mapa de distribuição da população em Portugal continental.

As consequências destes movimentos da população, em determinadas alturas com picos de deslocação de mais meio milhão de pessoas num curto espaço de tempo (como por exemplo com o retorno de residentes nas antigas colónias a partir de 1974), resultaram numa

[15] Explicados por Vasco Croft em *"Arquitectura e Humanismo"* (págs. 66 a 68).

desordenação urbana dos grandes centros em paralelo com o declínio do espaço rural.

Neste panorama podem então ser encontradas em Portugal ao nível dos aglomerados urbanos as cidades do Porto e Lisboa, que em conjunto com as suas áreas suburbanas formam os aglomerados urbanos mais compactos não escapando no entanto à ocupação pouco estruturada no território, depois uma série de aglomerados urbanos mais pequenos e afastados do litoral mas com forte identidade urbana por presença histórica e tradição, como Braga ou Coimbra, mas que igualmente têm crescido de forma imprópria e por isso ficam ameaçadas de desvirtuar o seu potencial urbano por incúria na estruturação da cidade envolvente à cidade antiga, e por último as cidades dormitório, que gravitam principalmente em torno das áreas da Grande Lisboa e Grande Porto e onde se sentem mais os problemas socioeconómicos e a baixa de qualidade de vida em geral.

Importa também aqui referir o fenómeno da diminuição do número de residentes no centros históricos principalmente de Lisboa e Porto e que se tem vindo a acentuar nos últimos anos. Sendo compreensível que a substancial melhoria dos meios de transporte públicos e vias de comunicação de acesso a estes centros urbanos proporcione a facilidade de habitar numa zona periférica onde o custo de vida é mais baixo, não se compreende no entanto que isto signifique o abandono destas zonas mais antigas, sem programas eficazes de incentivo à fixação de população jovem e requalificação urbana do património construído e espaço público, multiplicando-se os problemas sociais (e aumentando os casos de criminalidade) que tornam as ruas da cidade espaços desertos durante a noite.

No caso particular da cidade do Porto apetece recuperar Nuno Grande na sua consideração sobre o "direito á cidade"[16], numa era em que se revela a procura da mediatização internacional das cidades e em que urge a necessidade de desenvolver uma cultura urbanística capaz de assimilar e compatibilizar usos diversos.

[16] No sentido da devolução da cidade a quem nela habita e trabalha. – Ciclo de debates sob o tema "Porto – Modernidade, Democracia, Globalização" (Porto 2001)

3.1 Enquadramento no distrito do Porto

O distrito do Porto (figura em baixo à esquerda), em estudo neste trabalho, localiza-se no Norte de Portugal, insere-se na região do Douro-Litoral e está dividido em 18 municípios, a saber: Amarante, Baião, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Maia, Marco de Canaveses, Matosinhos, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Porto, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia, que no seu conjunto ocupam uma área de cerca de 2395 quilómetros quadrados de território com cerca de 1.9 milhões de habitantes.

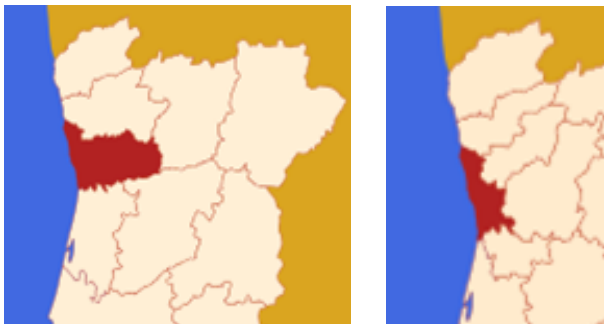

Figura 5 – Distrito do Porto e área do Grande Porto, respectivamente.

A zona urbana "contínua" que se foi desenvolvendo em torno da cidade do Porto propriamente dita, é designada por Grande Porto (figura em cima à direita) e ocupa uma área de cerca de 817 quilómetros quadrados com cerca de 1,5 milhões de habitantes onde se integram os seguintes concelhos, não totalmente coincidentes com os do distrito do Porto: Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

Obviamente a sede de distrito é a própria cidade do Porto, que sendo de origem pré-romana acelerou bastante o seu desenvolvimento a partir do século XVII, como uma importante cidade portuária instalada nas encostas da foz do rio Douro sob o controlo da Igreja e onde prosperava uma classe de burgueses, que contou também com um forte testemunho

de cultura inglesa, quer a nível comercial com grande participação na produção de Vinho do Porto, como a nível urbano e civilizacional com várias construções de arquitectos ingleses (como por exemplo o Hospital de Santo António) e outros investimentos como a ferrovia do Douro.

Hoje servida por infra-estruturas de referência, localizadas na sua periferia, como o Porto de Leixões e o Aeroporto Sá Carneiro, recentemente remodelado, a cidade é um destino internacional tendo como principais motores de divulgação da sua emblemática imagem internacional o seu centro histórico, classificado como Património Mundial pela UNESCO, o vinho do Porto, as suas pontes, os clubes de futebol (Futebol Clube do Porto e Boavista Futebol Clube) e mais recentemente os seus projectos de renovação urbana e cultural como a construção do Metro do Porto, o Museu de Serralves e a Casa da Música. Sociologicamente caracteriza-se como tendo um espírito aberto à mudança e inovação, resultante da tradição burguesa, sempre com um forte sentido de união e traços de rebeldia liberal. [17]

[17] Breve caracterização do explicado por Pedro Brandão e Antoni Remesar em "*Design Urbano Inclusivo*", Centro Português de Design (págs. 40 a 42).

Capítulo 4 – Casos de estudo

Passamos a apresentar neste capítulo os casos de estudo seleccionados para analisar, a saber:

a) Passeio marítimo na marginal de Matosinhos da autoria do Arq. Eduardo Souto de Moura;

b) Alameda da Antas e envolvente ao Estádio do Dragão, na cidade do Porto, da autoria do Arq. Manuel Salgado;

c) Praça do Município da Maia, também da autoria do Arq. Eduardo Souto de Moura;

d) Largo "S. Martinho" (com denominação oficial de Largo Costa Ferreira) na Trofa, projectado pela Divisão de Planeamento Urbano da Câmara Municipal da Trofa sob a orientação do Arq. António Charro.

A escolha destes locais de entre as inúmeras possibilidades disponíveis e com argumentos para acompanhar qualquer um dos exemplos referenciados, como por exemplo a reconversão da Avenida dos Aliados da autoria do Arq. Álvaro Siza ou a reconversão da Praça da Batalha da autoria do Arq. Adalberto Dias, ambas na cidade do porto e já com uma grande identidade urbana antecedente à sua renovação, atendeu principalmente a dois factores:

a) uma primeira aproximação deixou quase imediatamente definido que os locais a escolher deveriam representar um lugar bastante experienciado, em vez de escolher quase aleatoriamente aqueles que preenchiam os requisitos para serem analisados.

b) procurar situações de renovação urbana que se tenham concretizado em circunstâncias de anterior ausência de "*espírito de*

lugar"[18] (nas palavras de Manuel Solà-Morales: *"...lugares que não existiam..."*[19]) e pertencentes a diferentes aglomerados habitacionais.

Figura 6 – Avenida do Aliados.

Figura 7 – Praça da Batalha.

Neste sentido, os quatro casos de estudo seleccionados abrangem no seu conjunto quatro situações bem distintas de renovação urbana consubstanciadas assim no seguinte:

- Em Matosinhos obtemos um exemplo de espaço urbano como remate de uma área com forte presença de habitação

[18] No sentido reinvindicado por Norberg-Sculz de construir lugares significativos.

[19], SOLÀ-MORALES, Manuel de, 2001. *"Manuel de Solà-Morales, um olhar urbano"*, Arquitectura e Vida nº22, Loja da Imagem, Lisboa (págs. 34 a 41).

colectiva ainda em acelerada transformação e que beneficia da proximidade do mar e praia.

- No Porto, o novo espaço urbano surge enquadrado no plano de pormenor associado a um equipamento desportivo com grandes variações na afluência de público.

- Na Maia temos a possibilidade de estudar um espaço urbano criado com fins institucionais, por associação ao edifício sede do poder autárquico local.

- Na Trofa temos o exemplo da primeira intervenção urbana realizada no centro da cidade, sede de um concelho recentemente criado.

Temos portanto:

- O exemplo de um espaço público de grande dimensão que funciona principalmente como espaço de lazer, relacionando-se muito com a natureza através da presença da praia e do mar, e também com ligação ao Parque da cidade do Porto.

- Uma conjuntura em que o espaço público, dimensionado em função da sua utilização ocasional em massa, funciona como infra-estrutura de apoio, garantindo o fácil acesso e funcionamento dos equipamentos envolventes.

- Uma situação em que um espaço público de média dimensão cumpre a função de reforçar a presença do poder político e institucional, expressando formalidade e soberania.

- E por último um espaço público de pequena dimensão, com o tipo de utilização mais corrente (apoio ao comércio e lazer), com a particularidade de ser uma das primeiras intervenções urbanísticas do género num jovem concelho.

4.1 Passeio Marítimo na marginal de Matosinhos

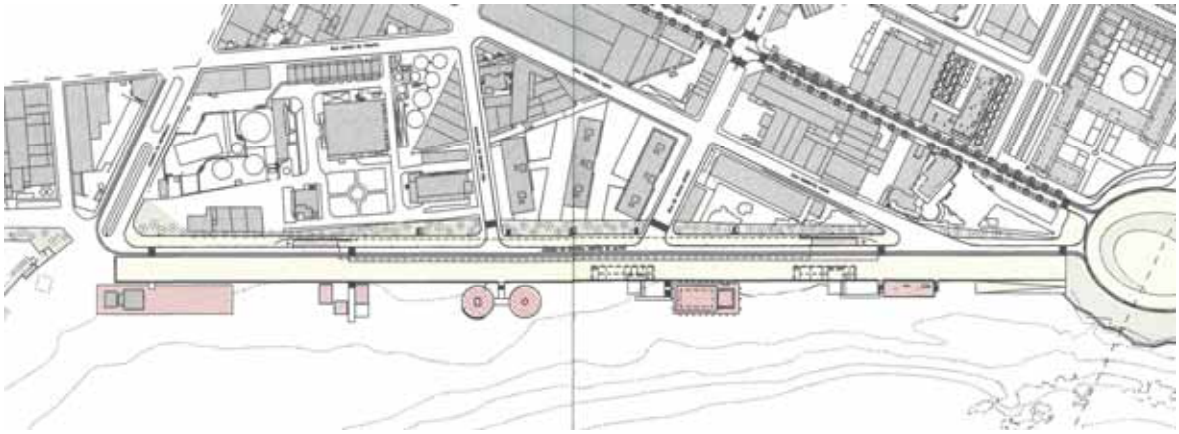

Figura 8 – Planta da marginal da Matosinhos.

Este primeiro caso de estudo, localizado na cidade Matosinhos, apresenta-se como uma reconversão de linha costeira para acompanhar a grande transformação urbana daquela área, que nasceu com cariz industrial e nos últimos anos, com o encerramento e deslocalização de praticamente todas as unidades fabris, está a ser transformada numa área residencial de qualidade assinalável, beneficiando bastante da malha ortogonal e vias de grande perfil herdadas, conferindo a esta zona habitacional uma qualidade espacial fora do comum, diria mesmo difícil de encontrar em áreas residenciais desta densidade construídas de raiz para esse efeito.

Figura 9 – Vista aérea da marginal de Matosinhos.

A intervenção em termos formais caracteriza-se sintetizadamente por um *"calçadão"* pavimentado a granito, com 19 metros de largura e 740 metros de comprimento, distribuindo-se ao longo deste equipamentos como cafés e restaurantes para apoio de praia e com oferta de lugares de estacionamento subterrâneo adicionais.

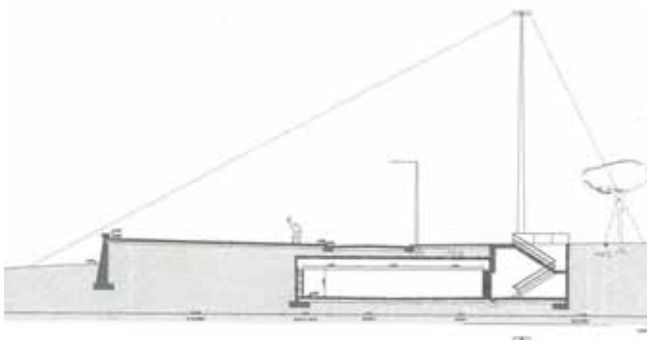

Figura 10 – Corte da intervenção na Marginal de Matosinhos.

Este percurso é adjacente a uma via automóvel à qual vêm dar diversas ruas e avenidas da cidade e encontra-se ligado na sua extremidade sul ao Parque da Cidade do Porto, através da frente marítima do referido parque (intervenção da autoria do Arquitecto Solà-Morales - figura 11), e onde se encontra uma escultura em forma de anémona da escultora Janet Echelman com uma forte presença nesta frente marítima, que pela sua escala e impacto visual traz de certa forma mais vida ao espaço urbano . Na extremidade Norte para além da ligação ao centro da cidade através da Avenida da República é de assinalar também a presença do Centro Ambiental e do pontão, criado para garantir as condições de segurança de entrada e saída de navios no Porto de Leixões.

Figura 11 – Planta da proposta de intervenção de Sola-Morales.

Figura 12 – Escultura em forma de anémona no topo Sul do "calçadão".

Esta plataforma, pavimentada com placas de granito de tamanhos diversos (aparelho romano) apresenta-se no seu todo como um espaço livre, onde se nota um grande esforço por reduzir ao mínimo todo e qualquer condicionalismo ou indicação do tipo de utilização que as pessoas devem dar ao espaço. O mobiliário urbano é bastante reduzido e discreto desempenhando o murete de delimitação do passeio com a praia a função de banco contínuo (existem também alguns monólitos de granito na proximidade da rua mas apenas pontuados junto aos locais de atravessamento da via), e com uma solução de iluminação que privilegia as estruturas de grande porte, em menor quantidade portanto e instaladas do outro lado da via adjacente ao percurso, libertando assim ainda mais a plataforma de mobiliário urbano.

Figura 13– Fotografias dos lugares de repouso disponíveis na "plataforma de granito" criada.

O edificado próximo, maioritariamente de carácter habitacional e de grande densidade, encontra-se disposto preferencialmente perpendicular ao passeio marítimo em análise e possui em média 8 pisos de altura. Esta implantação que procura a orientação perpendicular à praia juntamente com a largura generosa das vias contribui decisivamente para perceber este espaço como o remate natural da cidade.

Figura 14 – Fotografia do edificado tipo na envolvente.

Gostaria também de deixar aqui o testemunho do que são as "ocupações" mais frequentes de utilização do espaço. Em primeiro lugar surgem as actividades relacionadas com a praia, encontrando-se portanto diversos banhistas, surfistas, entre outros, e veraneantes que vêm dar um passeio a pé até ao mar. Encontram-se também diversas pessoas que utilizam o espaço, bem dita a abundância do espaço, para praticar

desportos que vão desde o simples passeio de bicicleta aos desportos radicais. Nota-se também a presença de algumas rotinas diárias como passear o cão, tomar o café do dia ao pé da praia ou tomar uma bebida no final do dia com os amigos, o que tem como consequência natural o espaço ser também um ponto de encontro. Por último refere-se a vertente lúdica, ligada ao entretenimento nocturno, conseguida principalmente pela presença dos apoios de praia, o que ajuda a reduzir a variação de utilizadores entre o dia e a noite, contribui para a segurança da utilização dos espaços públicos durante a noite e acaba por atrair utilizadores de fora da cidade.

4.2 Praça do Estádio do Dragão no Porto

Neste segundo caso de estudo apresentamos uma situação em que o espaço público é parcialmente "ocupado" por um equipamento e foi pensado com o propósito quase exclusivo de o servir. Integrado no Plano de Pormenor das Antas, o Estádio do Dragão surge assente no coração de uma plataforma circular que encaixa num terreno inclinado rematando uma alameda e criando "volume" edificável.

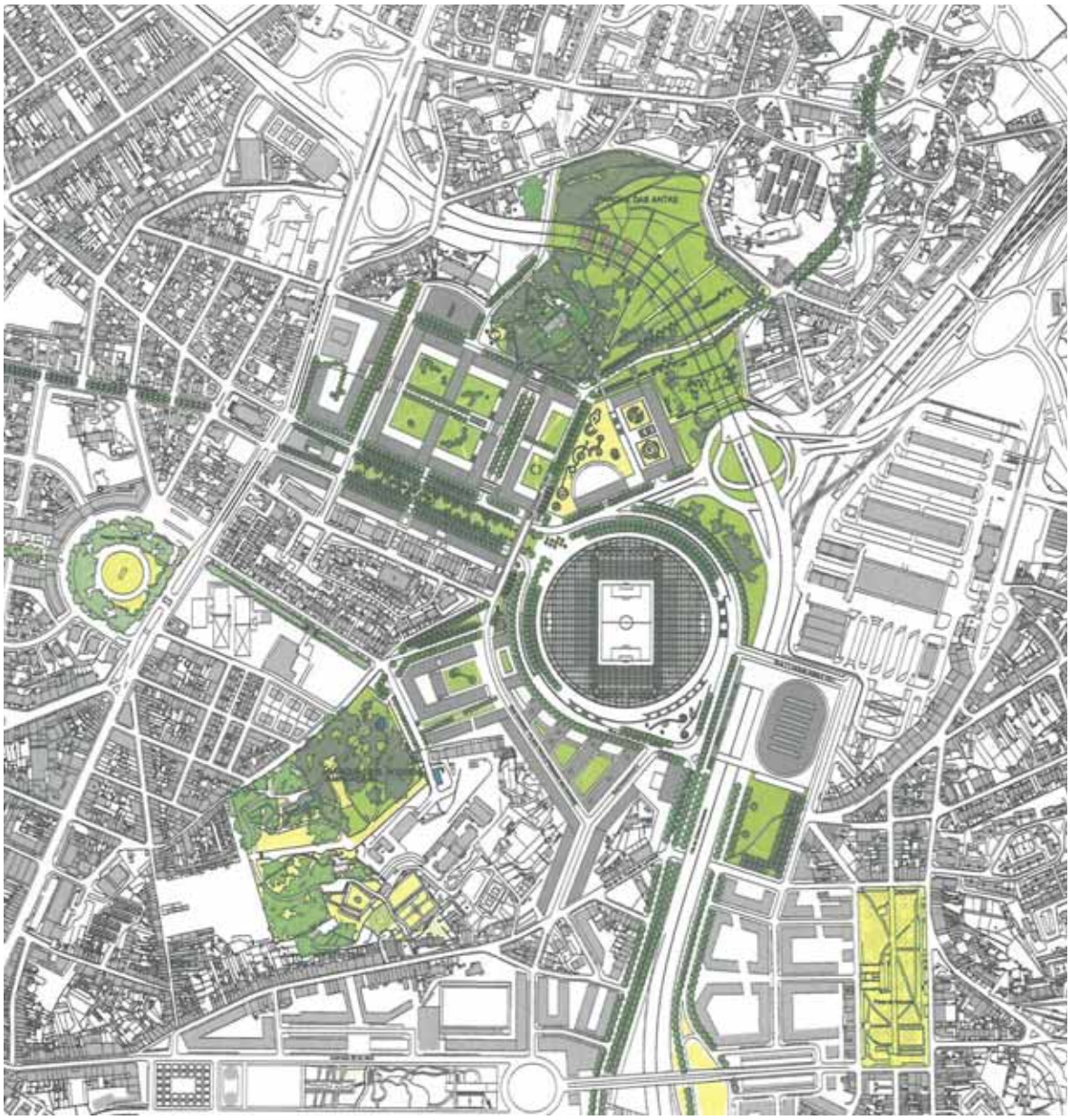

Figura 15 - Planta do Plano de Pormenor das Antas (ainda em construção).

A área da cidade do Porto contemplada neste plano de pormenor corresponde a uma antiga ocupação fabril e desportiva com alguns espaços de baldio, tendo-se aproveitado a oportunidade da realização do Campeonato Europeu de Futebol em 2004 para criar diversas novas infra-estruturas e revitalizar esta zona, transformando-a numa nova centralidade para a cidade, mantendo instalações de cariz desportivo e criando condições para a instalação de comércio, serviços e habitação colectiva de densidade alta.

Figura 16 – Alameda das Antas, vista da margem esquerda.

Figura 17 – Alameda da Antas, vista da margem direita.

Contemplando a envolvente iremos descobrir que a habitação residencial de baixa densidade é a ocupação mais frequente, pelo que se compreende esta intervenção como um projecto de consolidação

urbana recorra a edifícios de maior altura, mais representativos das áreas centrais e aglutinadoras de urbanidade. Formalmente esta proposta vem também fazer o remate daquela área da cidade junto a uma grande via colectora/distribuidora de tráfego exclusivamente automóvel, designada VCI (Via de Cintura Interna), que irrompeu bruscamente por entre o edificado existente, serpenteando bastante sobre um terreno de declive muito acentuado. Assim, sendo a dimensão do estádio capaz de "atenuar" a presença desta grande via, pousou-se o mesmo sobre a tal grande plataforma (280 metros de diâmetro). Associada a esta *"praça circular"*[20] foi criada também uma alameda com perfil de 70 metros de largura que desagua nesta praça e faz a ponte entre a cidade existente (alinhada na sua extremidade de cota mais alta por uma igreja – Igreja das Antas) e a cidade nova (até ao estádio na outra extremidade).

Figura 18 – Percurso pedonal central na Alameda das Antas.

Penso que será útil neste caso referir em conjunto estes dois espaços urbanos, ou seja, a praça do estádio e a alameda que nela desagua. A "praça" recebe fluxos consideráveis de utilizadores vindos de várias direcções, como por exemplo do centro comercial próximo ou da estação de metro instalada por debaixo, mas serão os peões que

[20] Citação original em *"Formas Urbanas"*, (pág. 237): *"O estádio, com a implantação de um círculo perfeito, assenta sobre uma praça, também circular."*

descerem os passeios da alameda, ou a sua calçada central subdividida em patamares, que irão experienciar a descoberta sequencial do espaço. Através desta alameda percorremos um trajecto, acentuado por linhas de árvores, que passa por baixo de um viaduto, tipo portal localizado mesmo antes de chegar ao estádio, que enquadra essa chegada ao equipamento desportivo. O facto de o estádio estar semienterrado e não possuir bancadas nos topos permite ler a "praça" como um espaço comum ao interior e exterior do equipamento. Naturalmente que existem barreiras físicas (gradeamentos essencialmente) para controlo do acesso ao estádio mas a possibilidade de contacto visual com o interior do estádio garante desde logo ao utente a percepção do espaço. Outra característica marcante desta "praça" é que para além da dimensão generosa, proporciona uma excelente vista sobre o horizonte numa grande parte da sua extensão, amplificando assim ainda mais a sua vertente de espaço "livre e aberto" ao contrário do que acontece noutras situações onde a massa construída em torno do espaço livre é que lhe dá ordem e a contem. Penso que se pode dizer que neste caso, a praça é configurada pela sua medula, mantendo a sua periferia controlada mais por concordância geométrica do que pela tradicional contenção volumétrica.

Figura 19 – Zona de chegada à envolvente ao estádio a partir da Alameda.

Ao nível da utilização do espaço, como já foi referido anteriormente, encontramos aqui um caso em que a razão da presença de pessoas está intimamente ligada à calendarização dos eventos desportivos, muito embora tenham sido criadas outras estruturas e estejam ainda a ser criadas outras mais, principalmente ao nível do comércio e serviços, que ajudam à manutenção da presença humana, por reduzida que seja se comparada com agitação das grandes multidões. Nota-se que em dias de jogo de futebol ou outros eventos o espaço sofre uma "transformação espiritual" acentuando ainda mais o contraste entre a acalmia de um dia normal e o alvoroço de um dia de jogo, em que se sente uma atmosfera intensa, pela razão de acontecerem ao mesmo tempo várias coisas, como pessoas permanentemente a chegar de quase todas as direcções, aglomerados de adeptos, presença de forças da ordem e mecanismos físicos de controlo de massas e instalações de publicidade amovível ou equipamentos de entretenimento temporário.

Figura 20 – Vista da relação espacial entre o estádio e a "praça" envolvente.

Por último, ao nível do mobiliário urbano e materiais utilizados, temos aqui também um espaço bastante amplo apenas pontuado pelo equipamento urbano essencial (caixotes de lixo, painéis informativos e caldeiras com árvores) com materiais mais comuns (pavimento em alcatrão e cubo de granito 10x10cm) por razões diferentes do caso de estudo anteriormente apresentado, ou seja, por razões de segurança e

por razões de controlo do grande desgaste relativamente aos materiais. Quanto à iluminação encontramos duas escalas, uma mais próxima do indivíduo com candeeiros de rua ao longo da alameda e um outro tipo de iluminação, de grande escala, instalada a grande altura na pala do próprio estádio, em conformidade com as necessidades inerentes a este tipo de equipamentos.

Figura 21 – Equipamento urbano existente (painel de informação e sistemas de iluminação).

4.3 Praça do Município na Maia

Figura 22 – Praça do Município da Maia.

À semelhança do exemplo anterior também este caso de estudo, praça central do concelho da Maia, surge integrado num plano de pormenor que visa estruturar uma zona de intervenção bem superior à área que nos interessa analisar para este trabalho, mas de onde podemos tirar os seguintes quatro objectivos gerais e fundamentais comuns a toda a intervenção[21]:

- Definir e caracterizar os usos pretendidos e a implementar numa lógica de preservação dos elementos naturais e construídos de valor e rectificando dentro do possível as situações urbanísticas existentes dissonantes.

- Relacionar a intervenção com a envolvente a nível micro-estrutural e macro-estrutural, ou seja, garantir articulação no plano viário e programático e efectivamente compatibilizar o território regionalmente, no âmbito supramunicipal.

- Assumir o planeamento urbanístico como veículo para propiciar qualidade de vida no meio urbano.

[21] Retiradas do livro *"Formas Urbanas"*, Edições Asa.

- Desenvolver o plano tendo em atenção preocupações praticas da gestão do mesmo no dia a dia, garantindo a sua posterior governabilidade e a sua sustentabilidade.

Olhando para o plano de pormenor percebemos que a praça do município (assinalada a amarelo na figura 23) surge como a rótula estruturadora do território, imagem concretizada nos seus edifícios de carácter público, principalmente a câmara municipal.

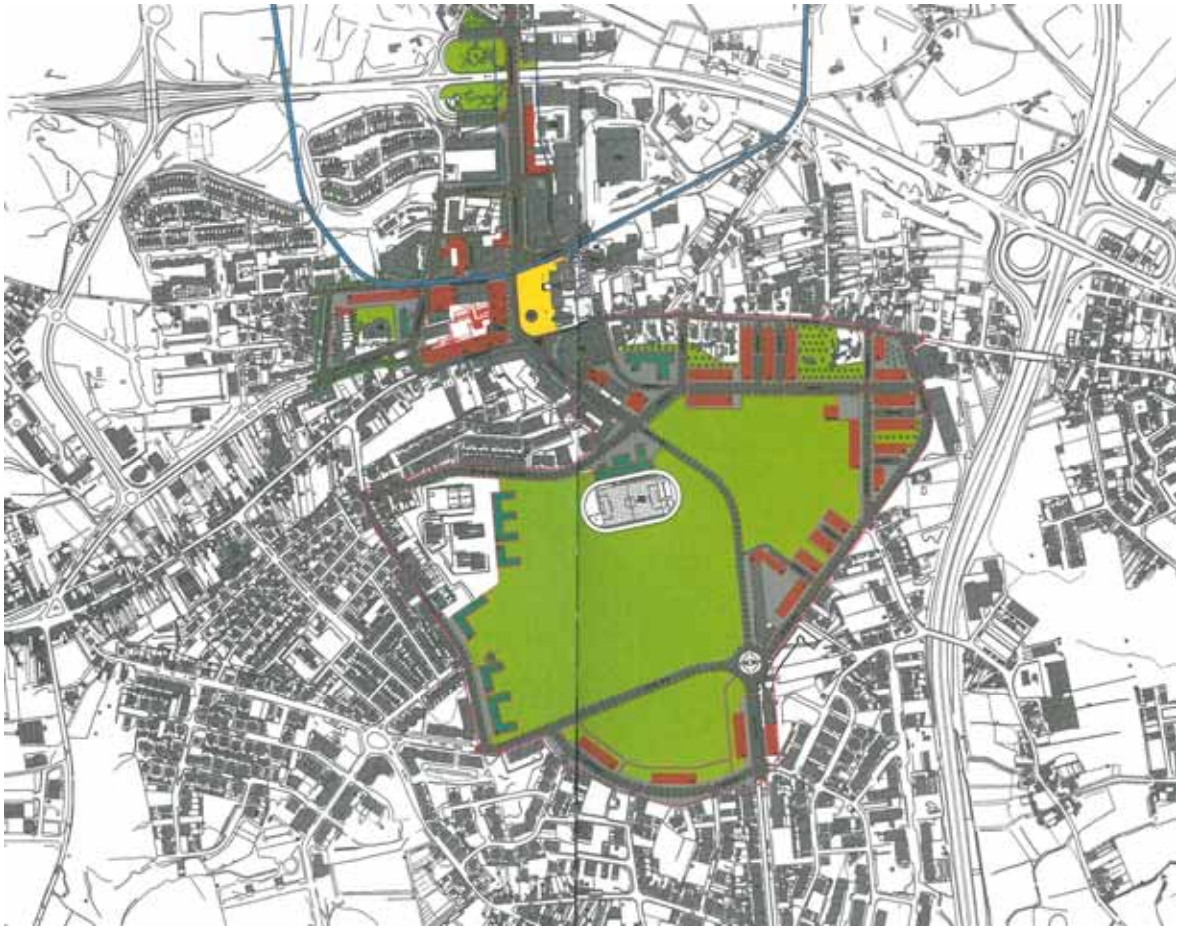

Figura 23 – Planta do Plano de Pormenor da Maia.

Em termos formais a praça do município caracteriza-se por uma plataforma em granito, mais uma vez despida de todos os elementos urbanos dispensáveis (apenas possui duas estátuas discretas e um poste de iluminação) dominada pelos dois volumes do edifício da câmara municipal, um horizontal de aspecto pesado, revestido a granito e com

três pisos acima da praça (onde está localizada a Entrada Principal e Presidência) e uma torre de grande altura em vidro (mais de 13 pisos acima da praça), com os diversos departamentos camarários, os gabinetes de vereadores, salas de reunião, e restaurante e miradouro nos últimos pisos. Como é possível perceber neste caso a praça cumpre também uma função muito específica, ou seja, garante o espaço necessário ao porte da massa construída, vive na sombra do edificado governamental e é definida por este.

Figura 24 – Corpo horizontal do edifício da Câmara.

Figura 25 – Corpo vertical do edifício da Câmara.

Ao nível da ocupação e/ou utilização do espaço por parte dos cidadãos, e de todos os casos vistos, este será aquele em que mais que se

notam os cruzamentos pedonais da praça não existindo muitos mais movimentos habituais a registar, ou seja, não existe nesta praça intenção de a utilizar para fins lúdicos ou outros, o que embora seja compreensível poderia na minha opinião ser contrariado com por exemplo algum tipo de instalações artísticas que provocassem no indivíduo alguma curiosidade, contribuindo assim para animar o espaço. Aparece no entanto ao nível dos transportes, o metro de superfície que embora se sirva efectivamente do seu espaço canal na via automóvel, traz a este espaço público alguma novidade em relação aos outros por demonstrar "alguma concordância" do metro de superfície com a praça. Esta solução embora pareça do ponto de vista técnico menos eficiente no funcionamento se comparada com o tradicional metro subterrâneo, ajuda a trazer um pouco de vida à praça.

Figura 26 – Registo fotográfico da presença do metro de superfície.

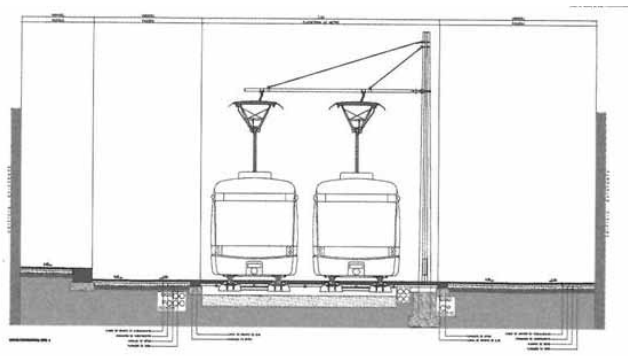

Figura 27 – Perfil da via do metro de superfície.

4.4 Largo Costa Ferreira na Trofa

Este último caso de estudo, apesar da dimensão singela ao comparar com os outros espaços públicos, possui alguma qualidade e interesse e traz a este trabalho a mais valia de reflectir o primeiro esforço da nova autarquia da Trofa em requalificar o espaço público e, pelo facto de eu próprio ser residente nesta cidade e morar até numa das ruas que liga ao Largo Costa Ferreira (Largo "S. Martinho"), tive a oportunidade de testemunhar a forma como decorreu esta transformação urbana e as reacções que foi provocando nos cidadãos, tendo sido bastante interessante ouvir as opiniões de antes e depois de se realizar a obra.

Figura 28 – Fotografia aérea do Largo Costa Ferreira e envolvente.

A Trofa é um pequeno concelho do distrito do Porto, estrategicamente localizado entre os concelhos da Maia e Vila Nova de Famalicão e entre Santo Tirso e Vila do Conde, com 8 freguesias e criado em Dezembro de 1998, fazendo este ano 10 anos portanto. Este Largo Costa Ferreira em análise é um dos locais mais antigos da cidade e naturalmente foi alvo de obras de requalificação urbanística não tendo no entanto uma imagem muito fiel da ocupação inicial, uma vez que possui construções recentes, mas ainda assim conserva a memória colectiva e serve de ponto de encontro.

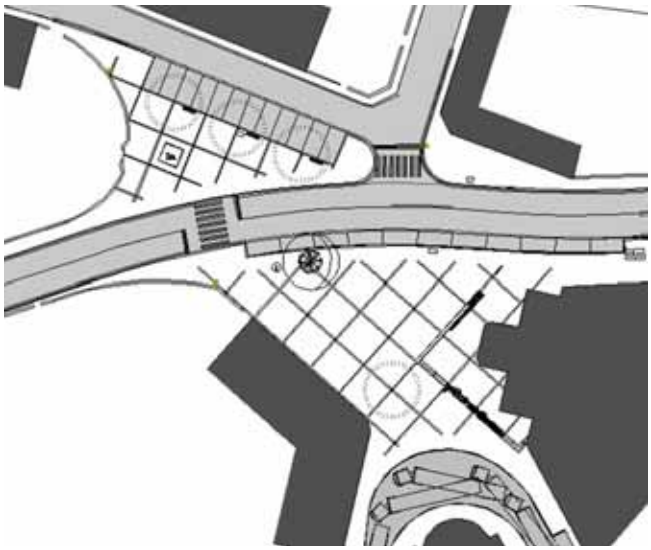

Figura 29 – Planta do Largo Costa Ferreira.

Urbanisticamente, a área envolvente à praça caracteriza-se por uma boa solidez da matriz urbana restando alguns espaços baldios que podem ser lidos como espaços remanescentes de colmatação. A ocupação das construções é essencialmente habitacional e comercial e o tipo de habitação mais presente é unifamiliar com alguma habitação colectiva de densidade média (4 a 5 pisos). A praça propriamente dita não possui uma forma geométrica regular e recebe várias ruas de trânsito local sendo literalmente atravessada por uma estrada nacional (EN) com 6,5 metros de largura para uma via de dois sentidos.

Figura 30 – Lado sul do largo onde existe uma esplanada.

A intervenção levada a cabo definiu o canal da estrada nacional e fechou as ligações directas das várias ruas a essa mesma estrada nacional, tendo-se apenas mantido uma, se bem que agora só com um sentido. Esta solução acaba por dividir fisicamente a praça em duas partes bem distintas, uma parte a norte da EN com forma aproximadamente triangular onde se concentraram alguns lugares de estacionamento perpendicular à via, um monumento de homenagem ao dador de sangue e algumas peças de mobiliário urbano, e uma outra parte a sul da EN com a forma aproximada de um trapézio tendo-se criado aqui alguns estacionamentos paralelos a via, mantido uma árvore existente e instalado um único elemento de iluminação de grande porte libertando assim uma grande área para esplanada, outras instalações e realização de eventos.

Figura 31 – Lado Norte do largo onde existe um monumento.

A par das novas valências que o espaço público renovado veio trazer conseguiu-se também dinamizar os espaços comerciais que principalmente ao nível do rés do chão, se abrem para o lado maior dapraça e estavam algo esquecidos, tendo também como consequência a recuperação do edificado e o aparecimento de serviços adicionais na praça (por exemplo uma farmácia e uma loja de telecomunicações, entre outras).

As pessoas que inicialmente lidaram um pouco mal com a proposta principalmente pelo contratempo na vida prática diária que viriam a sofrer, ficaram rendidas com o passar do tempo à agradável possibilidade de desfrutar dos serviços entretanto surgidos, com melhorias significativas nomeadamente ao nível dos cafés e restaurantes, e apreciaram a mudança para melhor de um espaço que agora se reconhece com uma imagem mais atraente conseguida tendo como catalisador quase exclusivo a renovação urbana, suficiente para impulsionar o pequeno ou grande investidor privado a contribuir para esta nova realidade.

Figura 32 – Vista aérea do lado Sul do largo.

O layout da praça é bastante simples, com um reticulado desenhado no pavimento através de guias de granito definindo grandes quadrículas (5,3 metros de lado) preenchidas com cubo de granito. Existe também no lado maior da praça um muro em ardósia e granito que ajuda a definir a transição entre duas cotas da praça, criando assim uma plataforma mais baixa numa zona onde anteriormente um pequeno talude com vegetação fazia essa transição. Ao nível do mobiliário urbano, os materiais escolhidos são o inox e vidro para as peças de iluminação, chapa metálica para as máquinas de parquímetro, o ferro, madeira e inox para bancos de jardim e vidro e inox para cabine telefónica. Algo estranhamente, esta praça continha nos primeiros anos pelo menos três

caixotes do lixo em inox, mas já desde algum tempo a esta parte que estes foram removidos, sem explicação aparente.

Figura 33 – Soluções de iluminação e homenagem ao dador de sangue.

Figura 34 – Banco de jardim existente e tipo de pavimento.

Finalmente, no que diz respeito à ocupação e utilização dada pelos utentes e apesar das várias pistas que foram sendo dadas, não podemos identificar dois ou três comportamentos padrão ou que se destaquem muito de outros como acontece em alguns dos outros exemplos vistos anteriormente, o que é natural dada a dimensão do local e a facilidade de concentração numa mesma zona de variadas actividades. Assim podemos encontrar o seguinte:

- Um grande número de pessoas que realizam o atravessamento do espaço, dado o elevado número de ruas que se intersectam ali.

- Utentes que usam o espaço como lugar de descontracção, usufruindo dos cafés e esplanada.

- Utilizadores e trabalhadores do comércio que usam este espaço nas suas vidas diárias para adquirir bens e serviços.

- Crianças e adolescentes dos prédios vizinhos que usam o espaço livre para brincar ou para actividades ao ar livre.

- Jovens que usam a praça como ponto de encontro, dada a sua centralidade e proximidade de equipamentos de ensino.

- Famílias e casais que utilizam o espaço para dar um passeio e passar algum tempo.

- Principalmente durante a noite, já se percebe alguma actividade de entretenimento nocturno, até ao nível do número de carros estacionados (superior ao do dia mas sabemos que de noite o estacionamento não é pago) notando-se a presença de pessoas de cidades vizinhas.

- De referir também, por inverso, a baixa presença de pessoas idosas na praça, o que poderia ser de admirar mas encontra explicação no facto de existir pouca sombra disponível, em contraponto com a imensa sombra oferecida pelas árvores de grande porte do parque a cerca de 400 metros de distância.

Capítulo 5 – Discussão de resultados

Da informação exposta no capítulo anterior, de toda a informação que assistiu à apresentação dos casos de estudo sem ser directamente transposta para este trabalho e também da fundamentação teórica apresentada sobre a caracterização do espaço em geral e o capítulo do *"Estado da Arte"*, penso que podemos acordar que a base de partida para qualquer intervenção é o desígnio final de conseguir espaços urbanos funcionais da maior qualidade possível. O desafio de uma intervenção adensa-se quando essa *"maior qualidade possível"* implica na prática valorizar determinados aspectos em detrimento de outros, baralhando as opções e pior do que isso expondo-as à subjectividade, e consequentemente possível incompreensão, de cada um.

Tendo provavelmente acontecido um pouco em todos os casos de estudo mas de certeza no caso relativo à cidade da Trofa, a própria insatisfação de alterar o uso (na maioria das situações por falta de informação), que a praça tinha antes de intervencionada, revelou-se um obstáculo amplificado ainda mais pelos diferentes usos que cada um entendia que deveriam ser valorizados e depois pelo transtorno natural que surge associado à realização deste género de obras. Este exemplo ensina se calhar a lição mais importante de todas, ou seja, mais do que a definição do deve ser um espaço público e dos seus parâmetros, temos antes de qualquer outra coisa de ter a capacidade de olhar para o espaço público como um espaço comunitário, um local cívico, que pertence a todos e não pertence a ninguém em particular, e que portanto deve ter flexibilidade suficiente para utilizações diversas e proporcionar um ambiente propício à coexistência de todos, como por exemplo, conciliar os defensores dos espaços pedonais com os utilizadores assíduos de veículos automóveis.

A acrescer ao atrás referido temos normalmente a circunstância de, na maioria das situações, os espaços de intervenção serem particularmente reconhecidos e apreciados pelas populações como especiais e importantes na sua vida. Nas palavras de Tom Rusk, *"...a mudança é uma coisa adequada, natural, inevitável."*[22], mas percebe-se que com frequência sejam feitos esforços para proteger e preservar a realidade de cada lugar, com incerteza na mudança.

Podemos tocar num segundo ponto também bastante importante, a seguir à capacidade de entender o espaço como lugar de todos, que é o grau de confiança que as pessoas têm nas suas entidades públicas administrativas, percebendo-se também aqui que são visíveis demasiados indicadores de desconfiança na gestão pública, embora em última instância se pense que todos os cidadãos pretendem sempre evoluir e ver fortalecer as infra-estruturas públicas que nos servem no dia a dia, mais concretamente no que diz respeito ao espaço público.

Figura 35 – Praça dos Países Catalães em Barcelona, com vedações e grafittis.

Continuando a ser generalizado o reflexo positivo que intervenções bem sucedidas têm nas populações, deixo aqui, um pouco ao critério de cada um, espaço para discordar muito ou pouco, e com razão em alguns casos específicos, uma vez que existem de facto situações em que nem

[22] LOURENÇO, Júlia Maria, 2003. "Expansão Urbana", Fundação Calouste Gulbenkian.

tudo correu pelo melhor, e podemos para isso referenciar por exemplo o caso da Praça dos Países Catalães, em Barcelona, que é uma cidade exemplar ao nível da transformação do espaço público, mas que acabou neste caso por não resultar (é hoje num espaço algo triste e degradado, pouco atractivo ao indivíduo e subaproveitado), não obstante a qualidade do projecto arquitectónico.

Figura 36 – Praça dos Países Catalães, piso remendado sob estrutura ondulada.

Temos aqui um exemplo da dinâmica de apropriação do espaço desenvolvido, no ponto 2.4 do segundo capítulo deste trabalho, em que os mecanismos de apropriação revelam um fosso existente entre as intenções de quem concebeu o espaço e aquilo que se encontrou na realidade algum tempo após a construção. O aspecto aqui mais latente é a inadequação entre o espaço concebido e o espaço vivido, onde o utente comum se sente cada vez menos associado à concepção à medida que esta vai sendo marcada e vandalizada. Perante isto o indivíduo não fica passivo e age por mecanismos correctores de comportamentos, que não passando forçosamente pela pura rejeição do espaço mas condicionam pelo menos a forma de estar e de o utilizar, reduzindo muitas vezes essa utilização ao estritamente necessário, como neste caso para se servir e ter acesso à estação de comboios.

Figura 37 – Registo do estado de degradação do mobiliário urbano.

Em termos globais, e reportando-me aos quatro casos de estudo aqui apresentados, penso que estes responderam com bons resultados essencialmente aos seguintes pontos:

- Estimulam o utilizador a interagir com o espaço e conseguiram criar um contexto espacial bem integrado com as pré-existências.

- Foi feita uma boa gestão dos constrangimentos e também foram aproveitadas as potencialidades de cada local.

- Existiu a preocupação de garantir a coabitação do antigo com o novo, incentivando através do desenho urbano novas formas de interacção.

- Foi simplificada a intervenção ao ponto de os espaços serem limpos e simples, fáceis de entender e de fruir do ponto de vista humano, sem descurar naturalmente as necessidades básicas de equipamento urbano.

- Foram bem integradas através do desenho urbano as necessidades viárias e de transportes como por exemplo com o metro e veículos automóveis.

- As intervenções foram delineadas segundo um perímetro bem definido, mais ou menos abrangente, e abraçam, principalmente nos casos onde existiu plano de pormenor, a responsabilidade de representarem a cidade.

- Em todos os casos foi verificada a preocupação em garantir a mobilidade e acessibilidade a todos os utentes, incluindo pessoas com mobilidade condicionada.

- Através da excelência do design e qualidade dos materiais, procurou-se intervir de forma intemporal.

- Por último, mas igualmente bastante importante, as intervenções foram orientadas para os utilizadores e para acomodar usos variados.

5.1 Projecto tipo – Praça do Mercado em Stratford, Canadá

Neste ponto e como forma de concretizar o que atrás se referiu passo a apresentar como exemplo tipo um projecto, desenvolvido recentemente por mim próprio (e que contou também com a colaboração do Arquitecto Artur Azevedo) onde se agregaram alguns dos conceitos e definições apontados.

Trata-se da reconversão de uma antiga praça da cidade de Stratford no Canadá[23] onde se realizava o mercado e que foi palco dos momentos mais importantes da história colectiva da pequena cidade. Esta praça de forma trapezoidal, associada ao edifício da Câmara Municipal forma uma área triangular, nuclear a esta cidade, toda ela geometricamente muito relacionado com este conjunto Câmara-Praça encontrando-se na sua envolvente uma série de edifícios antigos que albergam os serviços e comércio tradicionais da região.

Figura 38 – Frente edificada comercial da praça do mercado.

[23] Concurso internacional para revitalização da histórica Praça do Mercado da cidade de Stratford (Ontário, Canadá) lançado em 2006 pelo município local sob o tema *"Can a triangle still be a square?"* (Pode um triângulo ainda ser uma praça/quadrado?).

Figura 39 – Câmara Municipal de Stratford, na frente confrontante com a praça.

Basicamente o que se pretendia para este espaço era reconverte-lo de forma a potenciar o valor comercial latente e devolver o espaço ocupado pelos automóveis ao peão, sem no entanto descurar o fácil acesso a transportes públicos e considerar a dependência das pessoas do principal meio de deslocação, o carro. Havia também no programa de concurso uma solicitação adicional: **definição de um conceito de intervenção.**

Tal como os seus habitantes, também as cidades têm um coração. Neste caso, pela sua localização mas principalmente por razões históricas e memoriais, a Praça do Mercado é o coração de Stratford. Garantindo as funções vitais de um centro de cidade, esta proposta estabelece uma renovação urbana onde os edifícios envolventes definem e dominam o espaço vazio, preparado para acomodar e abraçar todas as formas de utilização desejáveis.

O objectivo formal desta intervenção foi "integrar o passado num novo presente com uma perspectiva de futuro". A partir de um esquema elementar estilizado do funcionamento de um coração humano gerou-se

um conceito de paralelismo entre esse órgão humano e este novo espaço público, transmitido pelo seguinte quadro:

Esquema	***Coração Humano***	***Praça do Mercado / Coração de Stratford***
Grande Circulação	Fluxo de sangue entre o coração e o corpo	***Estacionamento Subterrâneo*** – Fluxo de veículos automóveis entre a Praça do Mercado e a Cidade.
Pequena Circulação	Fluxo de sangue entre o coração e os pulmões	***Linha de Árvores –*** Fluxo de pessoas entre a Praça do Mercado e os pulmões da cidade, uma área verde com lago
Nó Externo	Estimula os batimentos cardíacos	***Espaço Verde*** – Estimula a ligação com a área verde próxima
Nó Interno	Regula as contracções ventriculares	***Ponto de Encontro –*** Regula a Praça e envolvente com o acesso ao Estacionamento Subterrâneo.

Figura 40 – Esquema que relaciona o coração humano com a intervenção proposta.

Figura 41 – Perspectiva aérea da proposta de renovação (imagem virtual).

A intervenção propriamente dita consistiu em fechar ao trânsito automóvel a praça e uma rua, dotar a praça de espaços e elementos urbanos adequados e construir no seu subsolo um grande parque de estacionamento com capacidade de mais de 200 lugares distribuídos por 2 pisos com acessos independentes e a partir de ruas diferentes.

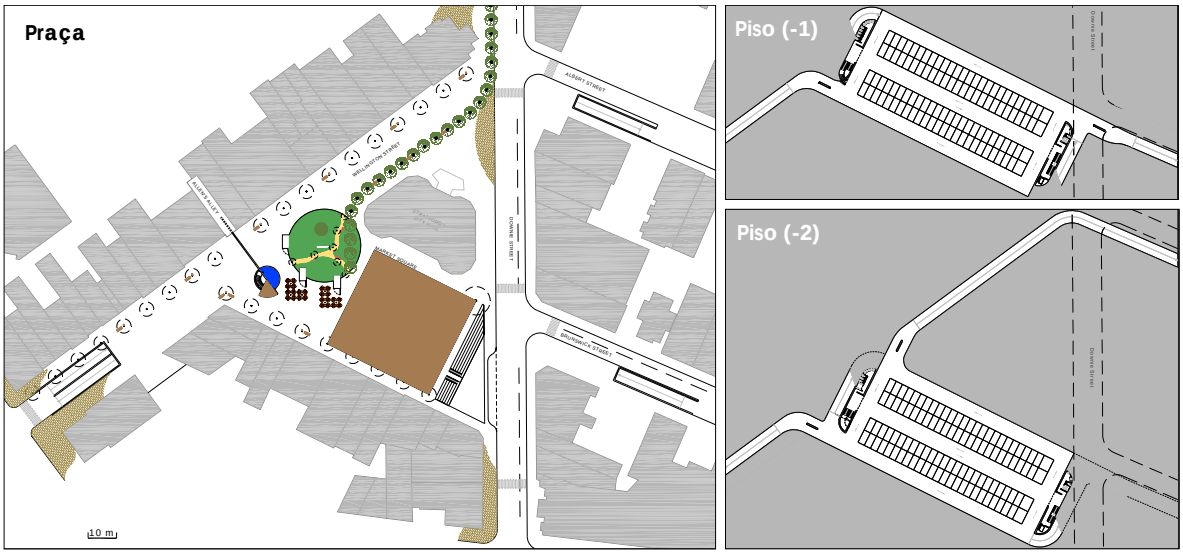

Figura 42 – Plantas dos vários pisos propostos na intervenção.

Tal como referenciado, com a matriz urbana bastante consolidada na Praça do Mercado e na rua "*Wellington Street*" adjacente, uniformizaram-se estas duas "vias" para que existam como um espaço contínuo único sem a presença de automóveis e com as seguintes características e pressupostos formais:

- Os edifícios históricos existentes com ocupação comercial coexistirão perfeitamente com este novo espaço público que deixa de ser um canal rodoviário, enquanto o edifício institucional ganha também importância e relevo.

- Remover os carros das ruas não implica deixar de disponibilizar acesso aos transportes públicos existentes, pelo que se propõe neste caso criar uma estrutura para funcionar como interface entre transportes públicos e privados, integrado nesta renovação. Isto traduz-se na localização do Interface na extremidade Este da praça, adjacente à rua *"Downie Street"*, garantindo um posto de informação e venda de bilhetes, com área de espera e acesso ao estacionamento subterrâneo, tudo isto encaixado num volume que remata esta extremidade da praça e simultaneamente a protege um pouco dos barulhos e cheiros do tráfego na *"Downie Street"*.

- A qualidade de espaço público que se consegue removendo os carros de algumas ruas deve ser equilibrada com outras medidas, tendo-se neste caso optado pela construção, mais dispendiosa é certo, de um parque de estacionamento subterrâneo com dois pisos (208 lugares, cerca de mais 50 lugares do que antes), que garante também um acréscimo de conforto e comodidade no acesso à praça e que com duas entradas distintas, duas saídas e interligação interna entre pisos, melhora a circulação e acesso automóvel.

- Ao nível da nova Praça do Mercado propõem-se a criação de um espaço amplo para realização de eventos (diferenciado no pavimento por um deck em madeira que permite também a iluminação natural do parque de estacionamento) que aproveita o "volume barreira" do interface de transportes para ter uma pequena bancada, e onde tudo pode acontecer desde feiras a concertos, exposições, etc...

- Propõem-se a criação de uma zona verde, ou seja, um espaço que cuja função principal é trazer à Praça um segundo sabor ou um pouquinho do sabor da natureza à qual esta praça se liga através da linha de árvores que termina/começa neste "pólo verde de planta circular" e conduz até a um parque verde com lago próximo.

- São também propostas estruturas modulares amovíveis (três neste caso) que poderão ser um Quiosque de Jornais, uma Casa de Chá e um Pequeno Café, dispondo estes de uma esplanada e que servem para animar a Praça com as coisas simples do dia a dia, ou seja, tentar fixar utentes durante períodos de tempo indefinidos consoante a sua vontade e disponibilidade. A aparência ligeira e temporária destas estruturas metálicas traz também algum

dinamismo ao espaço e ensaia algum contraste com o aspecto antigo e histórico dos edifícios existentes.

- Por último, refira-se a presença do Ponto de Encontro que funciona igualmente como estrutura ornamental do espaço e acesso ao estacionamento subterrâneo. Este conjunto de escadas com fonte de água e monumento à cidade foi pensado para ser o ponto focal da Praça e por isso localizado na intercepção da "*Marquet Square*" com a "*Wellington Street*" e a viela "*Allen's Alley*"(uma importante ligação pedonal à zona Oeste da cidade), podendo-se também aqui dizer que representa o coração simbólico da nova Praça do Mercado. A presença da água (símbolo de vida) e o muro de granito negro com uma homenagem à cidade, ou alguém importante na história desta, trarão alguma emoção e vibração ao espaço.

Figura 43 – Perspectiva da zona verde incluída na praça.

Figura 44 – Perspectiva da construção proposta para interface de transportes.

Ao nível das opções de materiais, iluminação e mobiliário urbano procurou-se também trazer alguma modernidade ao espaço utilizando soluções de design contemporâneo que marcam algum contraste.

Os materiais de revestimento e complementares principais são: o granito amarelo para a generalidade do pavimento incluindo passeios envolventes (placas de 0,6x1,2 metros e 0,15 de espessura) marcando todo aquele espaço como uma plataforma; a madeira "Ipê" no deck do espaço para eventos, no Ponto de Encontro e também nos módulos metálicos; o mármore "negro Zimbabué no "muro ornamental" do Ponto de Encontro e ligação deste à viela "*Allen's Alley*", através da linha em mármore no pavimento; o betão branco para a bancada e estrutura de transportes, fechada do lado da rua com vidro espelhado e caixilharias em ferro cromado; e por último a relva e caminhos em saibro amarelo no espaço verde.

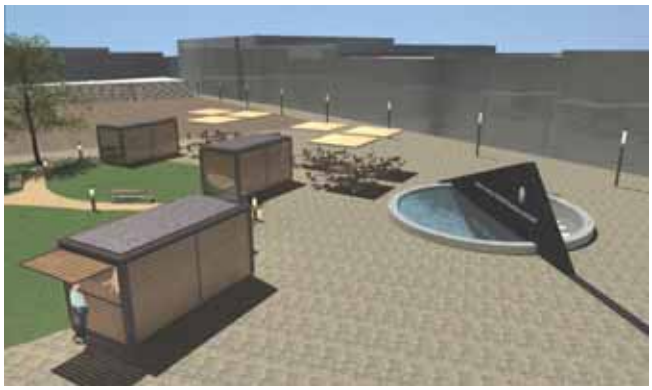

Figura 45 – Perspectiva do Ponto de Encontro e elemento ornamental.

Ao nível da iluminação são propostos: candeeiros de rua com 4,2 metros de altura ao longo de duas linhas bem marcadas, que são paralelas (a cerca de 4,5 metros de afastamento) às duas frentes construídas onde se localizam estabelecimentos de comércio e serviços; pilotis de iluminação com 1,0 metros ao longo dos caminhos de saibro; e um poste de iluminação com 12 metros de altura para iluminar a praça de eventos. Estes elementos de iluminação são todos eles de geometria

simples tubular com fuste em aço oxidado e capitel em policarbonato opalino, sendo que no caso do poste iluminação existirão focos em alumínio e a sua forma será ligeiramente cónica para além de ser instalado com 5º de inclinação à perpendicular ao solo (modelo "Kanya" da Escofet). Optou-se por não colocar qualquer iluminação no pavimento "livre", sendo esta solução de iluminação útil ao longo da linha de árvores que liga ao parque, numa intenção de marcar um corredor iluminado bem distinto do espaço aberto. O restante mobiliário urbano proposto é muito pontual, resumindo-se a alguns bancos (em betão branco e madeira) e cestos de lixo dispostos ao longo dos percursos definidos (caminhos de saibro, linha de árvores e linhas de candeeiros) e de forma a cobrirem as necessidades num intervalo médio de 30 em 30 metros.

Por último, importa também referir que a espécie arbórea proposta para a linha de árvores é o castanheiro, árvore de grande porte com forte presença nos climas temperados do hemisfério norte. É proposta também uma natureza morta (árvore) no circulo verde da praça sobre uma ligeira elevação no terreno, que assinala o contraste entre a vida e a morte.

Capítulo 6 – Conclusão

6.1 Resumo

O espaço público construído é o resultado da intenção de o transformar em algo reconhecível e caracterizável segundo determinados preceitos, que descrevem essa intervenção e devem determinar a sua forma, sendo importante neste processo a boa correspondência entre a planificação, o suporte territorial para a sua implementação e a participação da comunidade local. A sustentabilidade de uma intervenção depende da sua fundamentação e esta por sua vez depende da imaginação para alcançar os objectivos pretendidos. Naturalmente que tudo tem de ser adequado às limitações, especialmente as de ordem técnica e as de ordem social, mas na realidade também nada impede que seja invertido o processo de criação e novas soluções técnicas para os problemas sejam criadas em função dos novos desafios e sejam também feitas novas experiências ao nível do quadro comportamental e social.

Como transformar uma área pública num lugar?

- Recuperar o que tem valor.
- Reequilibrar energias gerindo os constrangimentos.
- Optimizar as potencialidades da envolvente.
- Integrar materiais, mobiliário e equipamento urbano.
- Pensar espaços onde o indivíduo é protagonista.
- Evitar fazer imposições espaciais através do desenho.
- Conceber o espaço para todos.
- Ver o espaço como lugar de protagonismo na cidade.

6.2 Contributos

Sem entrar num discurso demasiado técnico, que não é propósito deste trabalho mas sim a formulação de uma filosofia de intervenção, penso que devem também ficar aqui alguns dos elementos mais importantes a reter quando pretendemos intervir num espaço público. Assim, e em função das experiências obtidas na elaboração deste trabalho, penso que é fundamental identificar a natureza do espaço, compreender a sua evolução, descobrir o seu enquadramento na cidade, identificar as suas particularidades formais, perceber a sua relação com a envolvente, recolher detalhes específicos da sua constituição incluindo materiais e equipamento urbano, enquadrar o espaço na malha urbana a par da relação com as massas edificadas e compreender as suas formas de ocupação.

Estas alusões referidas são aliás bastante próximas do ponto de vista qualitativo, com o qual concordo na generalidade, do Guia de Avaliação do Design de Espaço Público[24] que serviu de suporte teórico à análise dos casos de estudo e onde se esclarece que as orientações de projecto devem ser suportadas por critérios gerais de identidade dos utentes com os locais, continuidade entre o espaço e a malha urbana, indicadores de conforto e segurança, grau de mobilidade, grau de inclusão social evitando segregações, facilidade de apreensão do espaço e suas formas básicas bem como a capacidade de adaptação do mesmo, conformidade das opções estéticas e materiais com a utilização corrente e por último a sustentabilidade do espaço, ou seja, a garantia do equilíbrio energético e ambiental do próprio espaço.

Penso que podemos concluir que o espaço público tem de ser mais do que um bom projecto ou uma boa intervenção. Para ser completo um

[24] BRANDÃO, Pedro e CARRELO, Miguel, 2002. *O chão da cidade"*, Centro Português de Design, Lisboa.

espaço terá de ser palco de acontecimentos e permitir a manifestação de diversas utilizações surgidas daquilo a que podemos chamar o princípio da autonomia, em que o indivíduo ou conjunto de indivíduos se sentem integrados o suficiente para expressarem os seus impulsos civilizadamente. No fundo o que se pretende é estimular a interacção, assumindo o espaço urbano como uma ferramenta num processo de significação funcional e formal. Um espaço público com capacidade para assumir constantemente diferentes correntes de urbanidade é um espaço verdadeiramente comunitário.

Recuperando o tema da apropriação do espaço pensa-se que a participação das comunidades na concepção do espaço é fundamental porque resulta na criação de sinais e pontos de contacto entre as pessoas e o que foi projectado. Por vezes a ausência dessa participação é baseada no pressuposto de se achar inútil a expressão dos utilizadores no desenvolvimento dos projectos, mas na realidade a prática social de apropriação do espaço é um código para traduzir a realidade que nos rodeia e é uma linguagem simbólica que define a comunidade, revelando afinal, uma parte do mundo interior de cada sociedade transposta para os sítios públicos onde também vamos viver.

Outra conclusão deste trabalho é que fica realmente um elo forte de ligação entre o espaço público e a estruturação de uma cidade. O suporte físico que este representa, como rótula estruturadora da cidade e a dinâmica que permite a esta são os pilares da sua ágil evolução numa relação de enriquecimento recíproco. A noção de cidade e a sua imagem de marca andam frequentemente de mãos dadas com as suas praças e passeios públicos, onde acontecem coisas e habitam os edifícios emblemáticos das cidades, construtores da identidade urbana.

Penso ser importante abordar também neste último capítulo a questão da coexistência no espaço público do homem com outras utilizações, nomeadamente automóveis. Embora a resposta quase se apresente por si mesma, se atendermos à realidade actual de orientação dos espaços para o cidadão pedestre, podemos deixar aqui referência ao enquadramento de excelência de equipamentos de transportes e outros serviços que são vitais na rápida conexão das diversas partes de uma cidade, tendo ficado demonstrado que estes são perfeitamente integráveis no espaço pensado para o cidadão.

Relativamente ao cidadão comum e a sua relação com a "superabundância e a supermodernidade"[25] penso que a ajuda que o espaço público pode dar a esse paradigma moderno se enquadra na origem da própria cidadania e do civismo, ou seja, a construção de um espaço em que o cidadão se identifique e se sinta confortável fará com que esse mesmo cidadão zele pelo "seu" espaço público, respeitando-o mais, procurando conservar as suas particularidades e tendo um sentimento de protecção e admiração para com o lugar. Esta relação pode no entanto, principalmente quando associada a problemas sociais, levar a uma privatização do espaço público, a que se pode chamar uma tentativa de domínio inadequado do espaço, que para ser evitado necessita naturalmente de ver resolvida a raiz social do problema.

Podemos também abordar a presença de elementos simbólicos no espaço e relativamente à presença de elementos escultóricos nos espaços públicos comprova-se que como afirma Antoni Remesar da Universidade de Barcelona *"...o paradigma fundacional da escultura mudou... A escultura perdeu a sua função, a de pontuar e marcar*

[25] IBELINGS, Hans, 1998. "*Supermodernismo, arquitectura em la era de la globalización"*, GG, Barcelona.

simbolicamente o espaço construído."[26] Pessoalmente para além de concordar com esta afirmação, acho também que temos aqui mais um paradigma da arquitectura urbana moderna, uma vez que as estruturas ornamentais agora utilizadas, mais do tentarem concentrar as atenções sobre si próprias, devolvem a atenção do utilizador ao espaço publico em si e às actividades que nele podem decorrer, ou seja, mesmo que importantes ou de grande impacto visual, as esculturas urbanas hoje são pensadas num enquadramento formal mais discreto e com menos carga simbólica, trazendo assim alguma novidade e animação ao espaço público sem no entanto o condicionar "psicologicamente". O espaço deixa de ser "do Marquês ou do Comendador" para passar a ter apenas uma homenagem discreta a uma pessoa, coisa ou evento. Pode até dizer-se que hoje em dia pretende-se mais que tudo provocar sensações, gerando adesões ou rejeições, produzir simpatia ou aversão.

Para finalizar deixo aqui o testemunho pessoal do que me parece ser um bom exemplo de uma praça experimentada e testada no tempo com sucesso pelos seus utilizadores (desde 1997 tendo eu tido a oportunidade de a visitar em 2002), que contém as qualidades apontados nesta conclusão e na qual gostei particularmente de presenciar o desenrolar do papel da praça no cenário urbano da comunidade. Trata-se da praça Schouwburgplein em Roterdão, na Holanda, da autoria do Arq. Adriaan Geuze (gabinete West 8)[27] .

---

[26] REMESAR, Antoni, 2004. *"Design Urbano Inclusivo"*, Centro Português de Design, Lisboa. Artigo *"Arte e espaço público. Singularidades e incapacidades da linguagem escultórica para o projecto urbano"* (citações das pags. 26 e 28 respectivamente).

[27] Descrita no seu sítio na World Wide Web (www.west8.nl/projects/public_space/schouwburgplein/) como um espaço cujo *" design enfatiza a importância do vazio, que abre um panorama sobre o skyline da cidade. A praça está desenhada como um espaço público interactivo, flexível no uso, e que muda durante o dia e consoante as épocas"..."Elevando a superfície da praça acima da área envolvente, o vazio fica retido e o "palco da cidade" criado".*

Figura 46 – Fotografia da praça Schouwburgplein, durante o dia (Agosto 2002).

Apelidada de uma *"interpretação radical de um espaço urbano circundado por edifícios modernos "*[28], a variedade de utilizadores que nela encontramos e a enorme capacidade de se transformar num espaço diferente a cada momento, também por acção do utilizador, faz com que seja um espaço capaz de ser simultaneamente um recreio para crianças, um parque radical, um local de repouso e contemplação da cidade, um interface de transportes, um palco de espectáculos, um espaço comercial e um espaço de diversão quase sem limitações. Resumidamente a intervenção cria um palco elevado (de acesso "algo condicionado") onde os materiais e as soluções de iluminação assumem um papel fundamental na sua definição, nomeadamente através da diferenciação do material de pavimento (chapa metálica, grade de aço, borracha e madeira), para obter áreas distintas dentro da própria praça, e através da rica variedade de formas iluminação (linhas de luz ao longo do perímetro da praça, focos embutidos no pavimento e candeeiros/postes de iluminação) que lhe conferem um carácter muito peculiar, com maior expressão nos grandes candeeiros hidráulicos cuja posição vai alternando ao longo do tempo e que podem inclusive ser manipulados pelas pessoas.

[28] GEHL, Jans e GEMZOE, Lars, 2002. "Novos espaços urbanos", Editorial GG, Barcelona (pág. 116).

Acima de tudo sente-se que neste local os elementos introduzidos alertam constantemente os nossos sentidos e nos convidam a interagir com o espaço, seja pelo desafio de subir à praça, pelos diferentes ruídos que os nossos passos produzem nos diversos pavimentos, a fruição de elementos urbanos simples como os grandes bancos em madeira ou as fontes de águas, ou até a contemplação do que outros utilizadores estão a fazer no local. Penso que este espaço público acolhe todas as possibilidades de utilização e desafia o espírito de cada um a descobrir o espírito do lugar gerando uma empatia e alegria generalizada difícil de encontrar. Nas palavras de Jan Gehl e Lars Gemzoe ***"...Schouwburgplein transforma-se em um grande teatro urbano, onde tudo pode acontecer e mostra que o século XXI está mesmo a caminho."*** [29]

Figura 47 – Fotografia nocturna da praça Schouwburgplein.

[29] GEHL, Jans. e GEMZOE, Lars, 2002. "Novos espaços urbanos", Editorial GG, Barcelona (pág. 121).

6.3 Trabalho futuro

No decorrer da pesquisa e investigação desenvolvidas para elaborar esta dissertação e também na produção propriamente dita do trabalho, sentiram-se naturalmente algumas dificuldades e limitações que numa abordagem futura tentarão ser minoradas. Destaco nomeadamente a disponibilidade de informação acessível para conseguir perceber o "antes e o depois" dos espaços públicos analisados, e a definição da área de intervenção que muitas vezes resistiu à tentação de se alargar pelo motivo positivo de existirem, principalmente a nível internacional, bastantes intervenções pioneiras e arrojadas do ponto de vista técnico e experimental.

Consciente que ficaram alguns elementos por consultar e assuntos por esgotar e também que algumas opções tiveram de ser tomadas, foi-se conduzindo o trabalho no sentido de afunilar o tema à realidade da área definida (distrito do Porto) tentando estudar mais as cidades vizinhas do centro do Porto (do qual já existem bastantes trabalhos) e utilizando pontualmente exemplos internacionais mais avançados como termo de amostragem e comparação. No campo teórico procurei centrar atenções no desenvolvimento da minha capacidade pessoal de avaliar os espaços, não ignorando interpretações externas e, nesse sentido, penso que esse trabalho pode ser continuado ao longo de toda a minha vida profissional, podendo igualmente esta dissertação servir de ponto de partida para outros técnicos que pretendam tal como eu reformatar gradualmente a sua própria opinião através de um processo contínuo de análise crítica e comparativa.

Finalmente, e um pouco na sequência do referido no final do parágrafo anterior, gostaria de deixar aqui alguns tópicos decorrentes da produção desta dissertação e que poderão ser explorados em trabalhos

futuros como ramificação do tema deste trabalho para a área do distrito do Porto, e que são:

- **Espaço público *Vs.* Espaço privado** - Como sociedade culturalmente aberta a novos desafios até que ponto estaremos disponíveis para alterar alguns dos nossos comportamentos sociais em prol do bem comum e do espaço público, como por exemplo na questão da vedação dos lotes urbanos e divisão física entre o espaço privado e o público.

- **Problemática dos bairros sociais** - Poderá o desenho urbano resolver situações urbanisticamente consolidadas em que exista sobreposição de utilizações incompatíveis dos espaços públicos, como por exemplo em bairros sociais conflituosos.

- **Relação Economia/Espaço público** - Como lidar com espaços que não são "absorvidos" comercialmente pela economia urbana. Será possível dinamizar um espaço público induzindo democracia espacial não associada a valências consumistas ou económicas?

Bibliografia

AUGÉ, Marc, 1994. *"Não-Lugares, Introdução a uma antropologia da sobremodernidade"*, Bertrand Editora, Venda Nova.

SOLÀ-MORALES, Manuel de, 2001. *"Manuel de Solà-Morales, um olhar urbano"*, Arquitectura e Vida nº22, Loja da Imagem, págs 34 a 41.

BRANDÃO, Pedro e REMESAR, Antoni, 2004. *"Design Urbano Inclusivo"*, Centro Português de Design, Lisboa.

BRANDÃO, Pedro e REMESAR, Antoni, 2003. *"Design de Espaço Público, Deslocação e Proximidade"*, Centro Português de Design, Lisboa.

BRANDÃO, Pedro e CARRELO, Miguel, 2002. *"O chão da cidade"*, Centro Português de Design, Lisboa.

CERVER, Francisco Asensio, 2000. *"atlas de arquitectura actual"*, Könemann, Colonia.

COSTA, Daciano da, 1998. *"design e mal-estar"*, Centro Português de Design, Porto.

CROFT, Vasco, 2001. *"Arquitectura e Humanismo"*, Terramar.

CULLEN, Gordon, *"Paisagem Urbana*, Edições 70.

DIAS, Adalberto, Porto. *http://www.adalbertodias.com (acedido em Julho 2008).*

ECHELMAN, Janet, Brookline, USA. *http://www.echelman.com (aced. em Julho 2008).*

FERNANDES, Fátima e CANNATÁ, Michele, 2002. *"Formas Urbanas"*, Edições Asa, Porto.

FIGUEIRA, Jorge, et al. 2001. *"Porto 1901-2001, Guia de arquitectura moderna."*, Editora Civilização, Porto.

FRAGA, Javier e BANÃLES, José Luis, 1998. "*Elementos de Composición Urbana"*, Edicions UPC, Barcelona.

GEHL, Jans e GEMZOE, Lars, 2002. *"Novos espaços urbanos"*, Editorial GG, Barcelona.

IBELINGS, Hans, 1998. "*Supermodernismo, arquitectura em la era de la globalización",* Gustavo Gili, Barcelona.

INE - Instituto Nacional de Estatística. *http://www.ine.pt (ac. em Maio 2008).*

LOURENÇO, Júlia Maria, 2003. "*Expansão Urbana"*, Fundação Calouste Gulbenkian.

MUNTAÑOLA-THORNBERG, Josep, 1996. *"La arquitectura como lugar"*, Edicions UPC, Barcelona.

NORBERG-SCHULZ, Christian, 1979. "*Genius Loci, paesaggio, ambiente, architettura"*, Electa, Milão.

PRINZ, Dieter, 1979. *"Urbanismo I"*, Editorial Presença.

PRINZ, Dieter, 1979. *"Urbanismo II"*, Editorial Presença.

PROGRAMA POLIS - Gabinete de Coordenador do Programa Polis. *http://www.polis.maotdr.gov.pt/progpolis.html (acedido em Junho 2008).*

VENTURI, Robert, 1995. *"Complexidade e Contradição"*, Martins Fontes, São Paulo.

WEST 8, Roterdão, Holanda. *http://www.west8.nl (acedido em Julho 2008).*

Créditos de Figuras

Figura 1 - Portal da Universidade do País Basco, Julho 2008.
http://www.ehu.es/p200-home/es

Figuras 2, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 40, 41, 42, 43, 44, 45 e 46 – Fotografias e imagens do autor.

Figuras 3 - Portal Google Images, Julho 2008.
http://images.google.pt/imgres?imgurl=http://streetarse.co.nz/

Figuras 4 e 5 - Instituto Nacional de Estatística, Maio 2008.
http://www.ine.pt ; http://sig.ine.pt/

Figuras 6 e 7 - Portal Arq. Adalberto Dias, Julho 2008.
http://www.adalbertodias.com/home.html

Figuras 8, 9, 10, 15, 22, 23, 27 - *"Formas Urbanas"*, Edições Asa.
Figura 8 - páginas 140 e 141.
Figuras 9 e 10 - página 147.
Figura 15 - página 238.
Figura 22 - página 166.
Figura 23 - páginas 156 e 157.
Figura 27 - página 166.

Figura 11 – Arquitectura e Vida, nº22, Loja da Imagem (*página 39*).

Figura 12 - Portal Janet Echelman, Julho 2008.
http://www.echelman.com/site/photo_portugal_13.html

Figura 28 – Arquivo do Município da Trofa, Maio 2008.

Figuras 35, 36, 37 – Pedro Gabriel Ferreira, Trofa, Abril 2008.

Figuras 38 e 39 – Arquivo do Município de Stratford, Canadá, Agosto 2006.

Figura 47 – Portal do gabinete West 8, Julho 2008.
http://www.west8.nl/projects/public_space/schouwburgplein/